



GRUPO ÁNGELES SERVICIOS DE SALUD, S.A. DE C.V.

Sede: Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700, Estados Unidos Mexicanos
Matriculada no *Registro Público de Comercio del Distrito Federal* na folha 258140 e registada no *Registro Federal de Causantes* sob o número GAS000104T54
Número de identificação fiscal: 980517036
Capital social: 50.000,00 pesos mexicanos (capital fixo) e 2.067.575.920,00 pesos mexicanos (capital variável)
(Oferente)

e

ÁNGELES PORTUGAL, S.A. DE C.V.

Sede: Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700, Estados Unidos Mexicanos
Matriculada no *Registro Público de Comercio del Distrito Federal* na folha 521250 e registada no *Registro Federal de Causantes* sob o número APO140822PP1
Número de identificação fiscal: 980516986
Capital social: 50.000,00 pesos mexicanos (capital fixo)
(Sociedade Adquirente)

PROSPETO DE

OFERTA PÚBLICA GERAL E VOLUNTÁRIA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL DA

ESPÍRITO SANTO SAÚDE, S.G.P.S., S.A.

Sociedade aberta
Sede: Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17, 9.º, Edifício Amoreiras Square, 1070-313
Lisboa, Portugal
Número único de registo e de pessoa coletiva 504 885 367
Capital social: € 95.542.254,00
(Sociedade Visada)

INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA À OFERTA

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.



19 de setembro de 2014

DEFINIÇÕES

Salvo se o contrário resultar do respetivo contexto, as expressões utilizadas neste prospeto terão o seguinte significado:

“Ações”	as 95.542.254 ações ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 1 Euro cada, representativas de 100% do capital social da Sociedade Visada;
“Ações Próprias”	As Ações detidas pela Sociedade Visada, que, nos termos do comunicado divulgado no sítio da internet da CMVM (www.cmvm.pt) com data de 30 de julho de 2014, correspondem a 54.385 Ações;
“Anúncio de Lançamento”	o anúncio de lançamento da Oferta conforme definido no artigo 183.º-A do Código dos Valores Mobiliários;
“Anúncio Preliminar”	o anúncio preliminar emitido pela Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de C.V. no dia 19 de agosto de 2014 em relação à decisão de lançamento da Oferta;
“Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado”	o aviso a ser emitido pela Euronext Lisbon em relação à Sessão Especial de Mercado Regulamentado;
“BBVA” ou “Intermediário Financeiro”	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei da República Portuguesa, com sede na Avenida da Liberdade, 222, 1250-148 Lisboa, com número único de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 502 593 687 e capital social de € 530.000.000,00;
“BBVA Bancomer”	BBVA Bancomer S.A., Institución de Banca Multiple, Grupo Financiero BBVA Bancomer, uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Avenida Universidad, 1200, Col. Xoco, C.P. 03339, Ciudad de México, Distrito Federal, matriculada no <i>Registro Público de Comercio del Distrito Federal</i> na folha 64010, registada no <i>Registro Federal de Causantes</i> sob o número BBA8308312LJ2 e capital social de 5.000.000.000,24 pesos mexicanos, na qualidade de banco financiador do Oferente no âmbito da presente Oferta;
“CAGR”	taxa anual de crescimento composta (<i>compound annual growth rate</i>);
“Código ISIN” ou	código alfa numérico de 12 carateres que não contém informação

“ISIN”	de caracterização de instrumentos financeiros mas serve o propósito de identificação de obrigações, papel comercial, ações, opções, derivados, futuros e <i>warrants</i> ;
“Convenção”	convenções de dupla tributação celebradas por Portugal para evitar a dupla tributação;
“CMVM”	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
“Código dos Valores Mobiliários”	o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de novembro, conforme alterado;
“Corpvaza”	Corpvaza, S.A. de C.V., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, C.P. 10700, Ciudad de México, Distrito Federal, matriculada no <i>Registro Público de Comercio del Distrito Federal</i> na folha 384124, registada no <i>Registro Federal de Causantes</i> sob o número COR020619HFA, capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos e capital social variável de 355.204.291,00 pesos mexicanos, a qual é a sociedade que controla a GEA e se encontra identificada no organograma constante da secção 3 do presente Prospeto;
“Data do Anúncio Preliminar”	19 de agosto de 2014;
“Dívida Financeira Líquida” ou “DFL”	todas as dívidas financeiras de uma sociedade tais como financiamentos bancários, obrigações, locações financeiras capitalizadas e dívidas de pensões menos o dinheiro em caixa e instrumentos equivalentes;
“EBIT”	resultados antes de impostos e gastos de financiamento (<i>earnings before interest and taxes</i>);
“EBITDA”	resultados antes de depreciações, gastos de financiamento, impostos e amortizações (<i>earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>);
“Enterprise Value” ou “EV”	o valor de 100% do negócio subjacente, ativo e passivo. É obtido através da soma do valor do capital próprio (valor de 100% das Ações) acrescido do valor das participações minoritárias (o cômputo de participações minoritárias que não são detidas pela sociedade mãe), acrescido da DFL, menos os investimentos em empresas associadas (investimentos em sociedades não consolidadas na sociedade mãe);

“ESS” ou “Sociedade Visada”	Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A., uma sociedade aberta constituída e regulada ao abrigo da lei da República Portuguesa, com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 – 9.º, 1070-313 Lisboa, com número único de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 504 885 367 e capital social de € 95.542.254,00;
“EUR”, “Euro” ou “€”	a moeda oficial dos estados membros da União Europeia (UE) que adotaram a moeda única nos termos do Tratado do Funcionamento da União Europeia;
“Euronext Lisbon”	Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei da República Portuguesa, com sede na Avenida da Liberdade, 196, 1250-147 Lisboa, com número único de pessoa coletiva e de registo junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 504 825 330 e capital social de € 8.500.000,00;
“ <i>Euronext Lisbon by Euronext Lisbon</i> ”	o mercado regulamentado de valores mobiliários em Portugal gerido pela Euronext Lisbon;
“GEA”	Grupo Empresarial Ángeles, S.A. de C.V., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Avenida Mariano Escobedo, 700, piso 6-A, C.P. 11700, Ciudad de México, Distrito Federal, matriculada no <i>Registro Público de Comercio del Distrito Federal</i> na folha 389811, registada no <i>Registro Federal de Causantes</i> sob o número GEA9702116X6, capital social fixo de 50,000 pesos mexicanos e capital social variável de 710.308.542,00, a qual é a sociedade que controla a GASS e se encontra identificada no organograma constante da secção 3 do presente Prospeto;
“GASS” ou “Oferente”	Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de C.V., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, C.P. 10700, Ciudad de México, Distrito Federal, matriculada no <i>Registro Público de Comercio del Distrito Federal</i> na folha 258140, registada no <i>Registro Federal de Causantes</i> sob o número GASS000104T54, capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos e capital social variável de 2.067.575.920,00 pesos mexicanos e com o número de identificação fiscal português 980517036, a qual faz parte integrante do Grupo GEA e se encontra identificada no organograma constante da secção 3 do presente Prospeto;

“Grupo ESS”	ESS e as sociedades com sede em Portugal e no estrangeiro que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a ESS, conforme definido no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários;
“Grupo GEA”	Grupo Empresarial Ángeles, S.A. de C.V. e as sociedades com sede nos Estados Unidos Mexicanos ou no estrangeiro que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a GASS, conforme definido no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários;
“Grupo GASS”	GASS e as sociedades com sede nos Estados Unidos Mexicanos ou no estrangeiro que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a GASS, conforme definido no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários;
“Interbolsa”	Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., com sede na Avenida da Boavista, 3433, 4100-138 Porto – Portugal, com número único de registo e de pessoa coletiva na Conservatória do Registo Comercial do Porto 502 962 275 e capital social de € 5.500.000,00;
“IRC”	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
“IRS”	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares;
“Novo Banco”	Novo Banco, S.A., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei da República Portuguesa, com sede na Avenida da Liberdade, 195, 1250-142 Lisboa, com número único de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 513 204 016 e capital social de € 4.900.000.000,00;
“Oferta”	a oferta pública geral e voluntária a que respeita o presente Prospeto feita pela Oferente para adquirir, através da Sociedade Adquirente, a totalidade das Ações emitidas pela ESS, excluindo as Ações já adquiridas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente;
“Pedido de Registo”	o pedido realizado pela Oferente para o registo final da Oferta junto da CMVM nos termos do disposto nos artigos 115.º e 179.º do Código dos Valores Mobiliários;
“P/E” ou “Price to Earnings”	Preço da ação dividido pelo resultado líquido por ação de acordo com os últimos dados disponíveis;

“Prospeto”	este prospeto relativo à Oferta;
“PSI 20”	o Índice PSI 20 em Portugal, o qual é um índice ponderado pelo valor de mercado das 20 maiores empresas cujas ações se encontram admitidas à negociação no “ <i>Euronext Lisbon by Euronext Lisbon</i> ”. São utilizadas as ações que se encontram em <i>free float</i> para o cálculo do índice. O índice foi desenvolvido com uma base de 3.000, à data de 31 de dezembro de 1992.
“Sessão Especial de Mercado Regulamentado”	a sessão especial de mercado regulamentado do <i>Euronext Lisbon by Euronext Lisbon</i> destinada a apurar e divulgar os resultados da Oferta que terá lugar no primeiro dia útil em Portugal após o fim do período da Oferta, i.e., no dia 6 de outubro de 2014 de 2014, em hora a indicar no Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon;
“Sistema de liquidação e compensação”	o sistema de liquidação e compensação gerido pela Interbolsa;
“Sociedade Adquirente”	Ángeles Portugal, S.A. de C.V., uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, C.P. 10700, Ciudad de México, Distrito Federal, matriculada no <i>Registro Público de Comercio del Distrito Federal</i> na folha 521250, registada no <i>Registro Federal de Causantes</i> sob o número APO140822PP1, com o capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos e com o número de identificação fiscal português 980516986, a qual faz parte integrante do Grupo GASS e do Grupo GEA e se encontra identificada no organograma constante da secção 3 do presente Prospeto;
“Subsidiárias da Sociedade Visada”	as sociedades dominadas ou controladas pela ESS, aferindo-se tal domínio ou controlo ao abrigo do disposto no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

Índice

0 ADVERTÊNCIAS/INTRODUÇÃO	8
0.1 Resumo da Oferta	8
0.2 Efeitos do registo	19
CAPÍTULO 1 – RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO	20
CAPÍTULO 2 – DESCRIÇÃO DA OFERTA	22
2.1 Montante e natureza da operação	22
2.2 Montante, natureza e categoria dos valores mobiliários objeto da Oferta	22
2.3. Contrapartida oferecida e a sua justificação	24
2.4. Modo de pagamento da contrapartida	31
2.5. Compromisso de entrega da Contrapartida da Oferta	31
2.6. Modalidade da Oferta	32
2.6.1 Condição para o lançamento da Oferta	32
2.6.2 Condição de eficácia da Oferta	33
2.6.3 Pressupostos da decisão de lançamento da Oferta	33
2.6.4 Custos de venda das Ações no âmbito da Oferta	36
2.6.5 Regime Fiscal	36
2.7. Assistência	42
2.8. Objetivos da aquisição	43
2.8.1 Continuidade ou modificação da atividade empresarial desenvolvida pela Sociedade Visada, política de recursos humanos e estratégia financeira da Sociedade Visada e entidades relacionadas após a Oferta	43
2.8.2 Negociação no mercado regulamentado da <i>Euronext Lisbon</i> by <i>Euronext Lisbon</i> , manutenção de estatuto de sociedade aberta e exclusão de admissão à negociação	47
2.8.3 Financiamento da Oferta	48
2.8.4 Impacto do sucesso da Oferta na condição financeira da Oferente	49
2.9. Declarações de aceitação	50
2.10. Resultados da Oferta	51
CAPÍTULO 3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO OFERENTE, PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E ACORDOS	52
3.1 Identificação da Oferente	52
3.2 Imputação de direitos de voto	55
3.3 Participações da Oferente no capital da Sociedade Visada	59
3.4 Direitos de voto e participações da Sociedade Visada na Oferente	60
3.5 Acordos parassociais	61
3.6 Acordos celebrados com os titulares dos órgãos sociais da Sociedade Visada	61
3.7 Representante para as relações com o mercado	61
CAPÍTULO 4 – OUTRAS INFORMAÇÕES	62

0 ADVERTÊNCIAS/INTRODUÇÃO

0.1 Resumo da Oferta

A Oferente

A Oferente é a sociedade Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de C.V. – uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700, Estados Unidos Mexicanos, com capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos e capital variável de 2.067.575.920,00 pesos mexicanos.

A GASS é uma *sub-holding* do Grupo GEA que opera no setor dos serviços de saúde. À data do presente Prospeto, o capital social da GASS é diretamente controlado pela GEA, a qual detém 90% das ações ordinárias representativas do capital social da GASS.

Por seu turno, a GEA é controlada conjuntamente pela Corpvaza, a qual detém 50,000003% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA e pelo senhor Olegario Vázquez Raña que detém 27,999997% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA.

Por fim, a Corpvaza é diretamente controlada pelo Senhor Olegario Vázquez Raña, que detém 55,992108% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza e pelo senhor Olegario Vázquez Aldir, que detém 22,003955% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza.

Para informação adicional acerca da Oferente consultar o capítulo 3 deste Prospeto.

A Sociedade Adquirente

A Sociedade Adquirente é a sociedade Ángeles Portugal, S.A. de C.V. – uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700 e com o capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos. A Sociedade Adquirente, constituída com o propósito do lançamento da Oferta, é detida em 99,99% pela Oferente e em 0,01% pelo senhor Olegario Vázquez Aldir.

A Sociedade Visada

A Sociedade Visada é a ESS, uma sociedade aberta constituída e regulada ao abrigo das leis da República Portuguesa, com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, n.º 17 – 9.º, 1070-313, em Lisboa, Portugal, com o capital social integralmente subscrito e realizado de € 95.542.254,00, dividido em 95.542.254 ações ordinárias, nominativas e escriturais, com valor nominal de € 1,00 cada e com o número único de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 504 885 367.

A Sociedade Visada é controlada atualmente pela sociedade Espírito Santo Healthcare Investments, S.A., sociedade de direito luxemburguês, a qual é detentora de 51% do capital social da Sociedade Visada, encontrando-se os restantes 49% dispersos em mercado regulamentado.

Por sua vez, a Espírito Santo Healthcare Investments, S.A. tem como acionistas, entre outros, a Rio Forte Investments, S.A., sociedade de direito luxemburguês, com uma participação de 55% e a Espírito Santo Financial Group, S.A., sociedade de direito luxemburguês, com uma participação de 17,74%.

A Rio Forte Investments S.A. é integralmente detida pela Espírito Santo International, S.A., sociedade de direito luxemburguês.

A Rio Forte Investments, S.A. e a Espírito Santo Financial Group, S.A. solicitaram ao Tribunal do Luxemburgo (“*Tribunal d’arrondissement de Luxembourg*”) a submissão a um processo de gestão controlada (*gestion contrôlée*), os quais foram aceites pelo respetivo tribunal no dia 29 de julho de 2014, conforme comunicação constante do sítio da internet www.justice.public.lu divulgada no mesmo dia. A decisão do Tribunal inclui a indigitação de um juiz para conduzir o processo.

No dia 29 de julho de 2014, a Espírito Santo Financial Group, S.A. emitiu um comunicado, publicado no sítio da internet da CMVM (www.cmvm.pt), sobre a sua admissão em processo de gestão controlada no qual afirma que: “*Esta decisão vem no seguimento do pedido de ESFG feito a 24 de Julho de 2014 aos Tribunais Luxemburgueses*”; e que “*A razão deste pedido de Gestão Controlada provém do reconhecimento da incapacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações para com o programa de papel comercial e outras obrigações da empresa*”.

Nos termos do referido comunicado da Espírito Santo Financial Group, S.A., estima-se também que o juiz do processo “*tome a sua decisão sobre a ESFG [Espírito Santo Financial Group, S.A.] no dia 6 de outubro de 2014*”.

A informação contida neste Prospeito relativa à ESS provém e é baseada em informação pública que não foi independentemente verificada pelo Oferente, a Sociedade Adquirente ou pelo Intermediário Financeiro. A Oferente, a Sociedade Adquirente e o Intermediário Financeiro não têm conhecimento de quaisquer factos ou circunstâncias que indiquem que qualquer declaração relativa à ESS aqui contida não é verdadeira ou é materialmente enganosa. No entanto, a Oferente, a Sociedade Adquirente e o Intermediário Financeiro não fazem qualquer declaração de que a informação aqui contida respeitante à ESS é correta e completa, e não assumem qualquer responsabilidade pelo eventual não cumprimento por parte da ESS da obrigação de divulgar quaisquer eventos que possam ter ocorrido em virtude dos quais a informação aqui contida e em que a Oferente, a Sociedade Adquirente ou o Intermediário Financeiro se basearam, seja suscetível de ser enganosa.

Os Termos da Oferta

A presente Oferta é geral e voluntária e abrange todas as Ações emitidas e em circulação representativas do capital social da Sociedade Visada, com exceção das Ações detidas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente. A Oferente obriga-se a adquirir, através da Sociedade Adquirente que será a compradora direta, a totalidade das Ações da Sociedade Visada que sejam objeto de válida aceitação da Oferta.

Considerando as Ações atualmente detidas diretamente pela Oferente e os direitos de voto que, nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários lhe são imputáveis, apenas podem ser objeto de aceitação da Oferta um máximo de 88.882.107 Ações. São imputáveis à Oferente, diretamente e nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, direitos de voto inerentes a 6.660.147 Ações representativas de cerca de 6,97% do capital social da Sociedade Visada.

A contrapartida oferecida a pagar em numerário é de € 4,50 por Ação, deduzido de qualquer montante (ilíquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das Ações e se esse momento ocorrer antes da liquidação financeira da Oferta. A contrapartida será paga em numerário e estará disponível no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado para o apuramento dos resultados da Oferta.

O prazo da Oferta decorrerá entre as 08:30 horas do dia 22 de setembro de 2014 e as 15:30 horas do dia 3 de outubro de 2014. As ordens de venda poderão ser recebidas pelos intermediários financeiros até ao final deste período.

De acordo com o disposto no número 2 do artigo 183.º do Código dos Valores Mobiliários o prazo da Oferta poderá ser prorrogado por decisão da CMVM, por sua iniciativa ou a requerimento da Oferente, em caso de revisão da contrapartida, de lançamento de oferta concorrente ou quando o interesse dos destinatários o justifique.

Os detentores das Ações que desejarem aceitar a Oferta deverão transmitir as ordens de venda diretamente aos intermediários financeiros membros do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* junto dos quais se encontram abertas as respetivas contas de valores mobiliários.

Os intermediários financeiros deverão enviar ao BBVA (o Intermediário Financeiro responsável pela assistência à Oferta) informação diária relativamente às ordens de aceitação e revogação recebidas, incluindo os montantes respetivos, através do número de fax 210 057 568 ou do endereço de correio eletrónico pdltitul.group@bbva.com.

Os detentores das Ações que aceitem a Oferta poderão revogar a sua declaração de aceitação através de comunicação dirigida ao intermediário financeiro que a recebeu:

- a) em geral, em qualquer momento até cinco dias antes do termo do prazo da Oferta, ou seja, até às 23:59 horas (hora de Lisboa) do dia 28 de setembro de 2014;

- b) no caso de lançamento de oferta concorrente, até ao último dia do prazo da Oferta;
- c) no caso de suspensão da Oferta pela CMVM, até ao quinto dia posterior ao termo da suspensão.

Os intermediários financeiros devem comunicar diariamente à Euronext Lisbon as ordens dos seus clientes e, no limite, até às 16:30 horas do dia 3 de outubro de 2014.

O resultado da Oferta será apurado em Sessão Especial de Mercado Regulamentado que se espera venha a ter lugar no dia 6 de outubro de 2014, o primeiro dia útil após o termo do prazo da Oferta, em hora a designar no respetivo Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon.

A liquidação física e financeira ocorrerá no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado, nos termos do Regulamento da Interbolsa n.º 3/2004, conforme alterado, e de acordo com o estipulado no Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon, prevendo-se que a mesma venha a ocorrer em 8 de outubro de 2014.

Nos termos do número 1, alínea a) e número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários, a Oferente beneficiará da derrogação do dever de lançamento de uma oferta pública de aquisição em caso de sucesso da Oferta, uma vez que esta é geral e cumpre, na presente data, os requisitos relativos à contrapartida mínima previstos no artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários para as ofertas obrigatórias. Comprovados estes pressupostos, e desde que a Oferente e/ou as entidades que com ela se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários não adquiram Ações a preço superior à contrapartida da Oferta até ao termo desta, a CMVM deverá emitir a declaração prevista no número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários mediante requerimento da Oferente na sequência da Oferta, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006.

Mercado em que as Ações estão admitidas à negociação

As Ações estão admitidas à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon* sob o símbolo “ESS” e com o Código ISIN PTEPT0AM0005.

Contrapartida

A contrapartida oferecida a pagar em numerário é de € 4,50 por Ação, deduzido de qualquer montante (líquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das Ações e se esse momento ocorrer antes da liquidação financeira da Oferta.

A tabela seguinte indica o preço das ações da Sociedade Visada à data da oferta pública inicial, bem como o preço médio ponderado pelo volume das ações e o volume de ações negociadas

no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon*, em diferentes períodos anteriores à Data do Anúncio Preliminar e por comparação com o valor da contrapartida da Oferta:

Períodos contados da Data do Anúncio Preliminar	Ações da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A.		
	Número de ações negociadas	Preço médio ponderado por volume (€)	Prémio oferecido
Últimos 6 meses (20 fev. a 19 ago.)	24.049.703	3,592	25,29%
Últimos 3 meses (20 mai. a 19 ago.)	11.854.610	3,718	21,03%
Último mês (20 jul. a 19 ago.)	4.803.702	3,700	21,61%
Dia 19 de agosto de 2014	75.630	3,943 ⁽¹⁾	14,13%
	Ações da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A.		
	Número de ações dispersas	Preço (€)	Prémio oferecido
Preço da oferta pública inicial (7 de fevereiro de 2014 ⁽²⁾)	40.709.308 ⁽³⁾	3,200	40,63%

⁽¹⁾ Último preço de negociação

⁽²⁾ Data da sessão especial do mercado regulamentado

⁽³⁾ Inclui todas as ações abrangidas pela oferta pública inicial da ESS, quer através de aumento de capital (7.042.254), quer através de distribuição através de alienação pelos acionistas à data (33.667.054), excluindo-se o *greenshoe* (6.106.396)

O prémio oferecido em relação ao preço das ações da Sociedade Visada no momento da oferta pública inicial é de 40,63.%.

A contrapartida oferecida representa ainda um prémio de 14,13% sobre o último preço de negociação antes da divulgação do Anúncio Preliminar e, bem assim, 21,61%, 21,03% e 25,29% sobre o preço médio ponderado por volume das ações da ESS, respetivamente, no último mês, nos últimos três meses e nos últimos seis meses anteriores à divulgação do Anúncio Preliminar.

Pese embora a Oferta não seja uma oferta pública de aquisição obrigatória, a contrapartida da Oferta cumpre os requisitos do artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários, por ser superior: (i) ao preço mais alto pago, direta ou indiretamente, pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar, o qual foi de € 3,9 por Ação e (ii) o preço médio ponderado pelo volume das Ações (€ 3,592) no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar. O capítulo 3 contém uma descrição detalhada das transações sobre as Ações efetuadas pela Oferente e pelas entidades ou pessoas que, em relação a ela, se encontram em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Adicionalmente, entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do registo da Oferta o preço mais alto pago pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários foi de € 4,24 por Ação numa compra efetuada no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* no dia 20 de agosto de 2014.

Condição para o lançamento da Oferta

O lançamento da Oferta encontra-se sujeito à obtenção do registo prévio da Oferta junto da CMVM.

Resulta da análise dos mercados relevantes realizada pela Oferente exclusivamente sustentada por dados e informações públicas, salvo no que se refere a dados e informações relacionados com a Oferente, e com base na prática decisória da Autoridade da Concorrência, que a aquisição pela Oferente da totalidade das Ações emitidas pela ESS não preenche qualquer das condições legais previstas no número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, de que depende a existência de um dever de notificação prévia à Autoridade da Concorrência.

O critério previsto na alínea a) do número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, não se encontra preenchido porquanto não se identificou, nos mercados locais analisados em que existem unidades da ESS, a existência de qualquer quota de mercado igual ou superior a 50%. Os critérios previstos nas alíneas b) e c) da mesma norma não se encontram preenchidos porquanto nem a Oferente nem qualquer outra entidade do Grupo GEA ou do Grupo GASS realizam, ou realizaram em 2013, qualquer volume de negócios em Portugal.

Ainda que se viesse a considerar, em momento superveniente, estar preenchida alguma das condições legais previstas no número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, tal não prejudicaria a notificação à Autoridade da Concorrência nesse momento e a realização da Oferta, tendo por consequência apenas a inibição temporária, até à decisão de não oposição por parte daquela Autoridade, dos direitos de voto das Ações emitidas pela ESS nos termos previstos no número 2 do artigo 40.º daquele diploma.

A transmissão indireta da participação que a ESS detém (i) na sociedade SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A., a qual é a entidade gestora do Hospital de Loures / Beatriz Ângelo e (ii) na HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A., a qual é a entidade gestora do edifício do Hospital de Loures / Beatriz Ângelo, a realizar no âmbito da Oferta encontrava-se condicionada à emissão pelo Estado Português da autorização administrativa prévia. A referida autorização foi concedida na data do presente Prospeto através de despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde.

Condição de eficácia da Oferta

A eficácia da Oferta está subordinada a que, até à data e em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.

Pressupostos da decisão de Lançamento da Oferta

Para efeitos, designadamente do artigo 128.º do Código dos Valores Mobiliários, e com respeito pelo regime aí previsto, o Anúncio Preliminar e o Anúncio de Lançamento estabelecem que a decisão de lançamento da Oferta se fundou na pressuposição de que, entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do encerramento da Oferta, não ocorreu, nem ocorrerá qualquer das seguintes circunstâncias com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) adoção de deliberações pelos órgãos competentes da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, com sede em Portugal ou no estrangeiro, que aprovem:
 - i) emissões de ações ou valores mobiliários, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, que confirmam direito à subscrição ou aquisição de Ações representativas do capital social da Sociedade Visada;
 - ii) emissões de valores mobiliários representativos de dívida, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada de valor superior a € 10.000.000,00;
 - iii) emissões de quaisquer tipos de valores mobiliários por Subsidiárias da Sociedade Visada de valor superior a € 10.000.000,00;
 - iv) dissolução, transformação, fusão ou cisão ou quaisquer outras alterações de estatutos da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - v) qualquer distribuição de bens a acionistas pela Sociedade Visada;
 - vi) amortização ou extinção por outra via de Ações da Sociedade Visada;
 - vii) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de Ações da Sociedade Visada ou das Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - viii) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de outras participações sociais, da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - ix) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação, ou oneração de ativos de valor superior a € 1.000.000,00 da, ou pela, Sociedade Visada, ou de, ou por, Subsidiárias da Sociedade Visada, incluindo trespasse ou cessão, ou promessa de trespasse ou cessão da titularidade, ou assunção de compromissos de alienação ou cedência de tais ativos, salvo se para cumprimento de obrigações assumidas contraídas até à Data do Anúncio Preliminar e que sejam do conhecimento público;
- b) preenchimento de vagas nos órgãos sociais da Sociedade Visada, sem acautelar que a destituição sem justa causa dos designados possa ocorrer mediante uma indemnização cujo montante não exceda a respetiva remuneração anual;
- c) destituição de outros membros dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, tendo como consequência o pagamento de indemnizações superiores ao das respetivas remunerações vincendas até ao que seria o termo por caducidade dos seus mandatos;

- d) aumento da remuneração global dos titulares de cada um dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada para os anos de 2014 e subsequentes, para um valor superior ao da remuneração global dos titulares dos mesmos órgãos no exercício de 2013, salvo um aumento anual não superior a 5% (cinco por cento);
- e) prática de quaisquer atos, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, que não se reconduzam à respetiva gestão normal, ou que consubstanciem incumprimento do dever de neutralidade do órgão de administração previsto no artigo 182.º do Código dos Valores Mobiliários, designadamente a adoção de medidas de efeito defensivo em relação à Oferta e a alienação de Ações Próprias, quer na Oferta, quer a terceiros, sem o consentimento da Oferente;
- f) prática ou abstenção, pela Sociedade Visada, ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, ou por qualquer outra entidade de qualquer decisão ou ato ou a ocorrência de qualquer evento ou circunstância que pudesse resultar numa alteração patrimonial desfavorável relevante, não emergente do curso normal dos negócios, na situação da Sociedade Visada ou das Subsidiárias da Sociedade Visada, relativamente à situação evidenciada (i) nos Relatórios de Gestão e Contas publicados em relação a 31 de dezembro de 2013, (ii) na Informação Financeira Intercalar Consolidada publicada em relação a 31 de março de 2014, ou (iii), quando existam, relativamente ao último balanço semestral ou trimestral publicado subsequentemente a essa data; ou
- g) a divulgação de factos suscetíveis de influenciar de modo significativo a avaliação das Ações, mas até hoje não trazidos a público.

Adicionalmente, o Anúncio Preliminar e o Anúncio de Lançamento estabelecem que a decisão de lançamento da Oferta se fundou no pressuposto de que, exceção feita à informação facultada nos documentos de prestação de contas aprovadas da Sociedade Visada anteriores à Data do Anúncio Preliminar e ao que foi, também até à Data do Anúncio Preliminar, publicamente anunciado pela Sociedade Visada, não existe nem existirá qualquer disposição de qualquer acordo, contrato ou outro instrumento do qual seja parte a Sociedade Visada ou as Subsidiárias da Sociedade Visada, nos termos da qual, como consequência do lançamento da Oferta, ou da aquisição ou proposta de aquisição pela Oferente, no todo ou parte, das Ações, e com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira na Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) qualquer empréstimo ou dívida da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, que não sendo imediatamente exigível se vença ou possa ser declarado imediatamente exigível, ou a capacidade de alguma dessas sociedades de contrair empréstimos ou dívidas seja diminuída ou inibida;
- b) seja permitida a criação de (ou se tornem eficazes) quaisquer direitos ou ónus em benefício de terceiros sobre todos ou parte dos negócios ou bens da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;

- c) qualquer acordo, direito ou obrigação da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, cesse ou seja negativamente modificado ou afetado;
- d) o interesse ou negócio da Oferente, de sociedades com ela em relação de domínio ou de grupo ou da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, em ou com, respetivamente, qualquer pessoa, firma, sociedade, ou órgão cesse ou seja substancial e negativamente modificado ou afetado;
- e) a Sociedade Visada, ou as Subsidiárias da Sociedade Visada, deixem de poder exercer o seu negócio utilizando a sua denominação atual.

É ainda pressuposto da oferta a não ocorrência de qualquer alteração substancial nos mercados financeiros nacionais e internacionais e das respetivas instituições financeiras, não assumida nos cenários oficiais divulgados pelas autoridades da Zona Euro e que tenha um impacto substancial negativo na Oferta, excedendo os riscos a ela inerentes.

Ao lançar a Oferta, a Oferente não renuncia a quaisquer direitos, nomeadamente o direito de solicitar à CMVM a modificação ou revogação da Oferta, no que respeita a factos ou atos que não estejam consistentes com os pressupostos constantes do Anúncio Preliminar e no Anúncio de Lançamento, nomeadamente aqueles atos ou factos cujos efeitos ou consequências ainda não estejam integralmente verificados ou não são totalmente conhecidos pela Oferente no momento de divulgação do Anúncio Preliminar.

Prazo da Oferta

O prazo da Oferta decorrerá entre as 08:30 horas do dia 22 de setembro de 2014 e as 15:30 horas do dia 3 de outubro de 2014. As ordens de venda poderão ser recebidas pelos intermediários financeiros até ao final deste período.

De acordo com o disposto no número 2 do artigo 183.º do Código dos Valores Mobiliários o prazo da Oferta poderá ser prorrogado por decisão da CMVM, por sua iniciativa ou a requerimento da Oferente, em caso de revisão da contrapartida, de lançamento de oferta concorrente ou quando o interesse dos destinatários o justifique.

Os detentores das Ações que desejarem aceitar a Oferta deverão transmitir as ordens de venda diretamente aos intermediários financeiros membros do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* junto dos quais se encontram abertas as respetivas contas de valores mobiliários.

Os detentores das Ações que aceitem a Oferta poderão revogar a sua declaração de aceitação através de comunicação dirigida ao intermediário financeiro que a recebeu:

- a) em geral, em qualquer momento até cinco dias antes do termo do prazo da Oferta, ou seja, até às 23:59 horas (hora de Lisboa) do dia 28 de setembro de 2014;
- b) no caso de lançamento de oferta concorrente, até ao último dia do prazo da Oferta;

- c) no caso de suspensão da Oferta pela CMVM, até ao quinto dia posterior ao termo da suspensão.

Os intermediários financeiros deverão enviar ao BBVA (o Intermediário Financeiro responsável pela assistência à Oferta) informação diária relativamente às ordens de aceitação e revogação recebidas, incluindo os montantes respetivos, através do número de fax 210 057 568 ou do endereço de correio eletrónico pdltitul.group@bbva.com.

Os intermediários financeiros devem comunicar diariamente à Euronext Lisbon as ordens dos seus clientes e, no limite, até às 16:30 horas do dia 3 de outubro de 2014.

O resultado da Oferta será apurado em Sessão Especial de Mercado Regulamentado que se espera venha a ter lugar no dia 6 de outubro de 2014, o primeiro dia útil após o termo do prazo da Oferta, em hora a designar no respetivo Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon.

O resultado da Oferta será divulgado pela Euronext Lisbon no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e estará disponível no sítio da internet da CMVM (www.cmvm.pt). Adicionalmente, a GASS anunciará os resultados da Oferta em *press release* que será disponibilizado no seu sítio da internet (www.gass.com.mx).

A liquidação física e financeira da Oferta ocorrerá no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado, prevendo-se que a mesma venha a ocorrer em 8 de outubro de 2014.

A Oferente pretende adquirir na Oferta um número de Ações (com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos e responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade) representativas de até 100% do capital social da ESS, com exceção das Ações detidas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente. A Oferta encontra-se, no entanto, condicionada a que, em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento), das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.

Após a análise dos resultados da Oferta, e de acordo com as condições de mercado, nomeadamente ao nível da Sociedade Visada e da liquidez das Ações após o período da Oferta, caso a Oferente venha a atingir ou ultrapassar, diretamente ou nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nomeadamente através da Sociedade Adquirente, (i) 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada e (ii) 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta, por efeito da Oferta ou outras operações legalmente permitidas e relevantes para o cálculo de tal percentagem, a Oferente reserva-se o direito de recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Código dos Valores Mobiliários, o que implicará a imediata exclusão da negociação do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon*, ficando vedada a sua readmissão por um prazo de um ano.

A Oferente encontra-se em condições de exercer os referidos direitos caso, na data da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados direitos de voto nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, correspondentes a 85.988.029 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada), das quais 83.132.909 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta) têm de ser adquiridas no âmbito da Oferta. No entanto, uma vez que são imputados à Oferente, nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, direitos de voto correspondentes a 3.487.792 Ações adquiridas após a Data do Anúncio Preliminar e, considerando ainda, que estas devem ser contabilizadas para o cômputo deste limiar, para que a Oferente possa exercer estes direitos deverá adquirir 79.645.117 Ações em resultado da Oferta e de acordo com os resultados apurados na Sessão Especial de Mercado Regulamentado.

A Oferente, caso não exerça os direitos referidos no parágrafo anterior, não irá requerer na sequência da Oferta, nos termos do disposto no na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, a perda da qualidade de sociedade aberta da Sociedade Visada, mantendo-se, nesse caso, as ações admitidas à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon*.

Caso o limiar de 90% acima referido não seja alcançado, a Oferente não tem, nesta fase, planos para propor qualquer concentração empresarial após a conclusão da Oferta que resulte numa troca das Ações que não forem adquiridas na Oferta por outros valores mobiliários numa fusão ou operação semelhante, pese embora a Oferente se reserve o direito de propor essa operação no futuro.

A Oferente, diretamente ou através dos seus consultores financeiros ou agentes que venha a utilizar para o efeito, pode adquirir Ações fora do âmbito da Oferta. As referidas aquisições podem ocorrer a qualquer momento aos preços praticados na altura mas não serão realizadas por um preço superior ao proposto na Oferta. As aquisições de Ações efetuadas pela Oferente após a Data do Anúncio Preliminar são contabilizadas para o cômputo da condição a que se encontra sujeita a eficácia da Oferta, ou seja, a que, em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada. As aquisições de Ações e o correspondente dever de informação sobre as mesmas serão efetuados nos termos do disposto no artigo 180.º do Código dos Valores Mobiliários, em particular, (i) as referidas aquisições apenas poderão ser efetuadas no mercado regulamento da Euronext Lisbon by Euronext Lisbon, salvo se autorizadas pela CMVM, com parecer prévio da Sociedade Visada e (ii) a Oferente e as pessoas que com ela se encontrem numa das situações a que se refere o número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários devem informar diariamente a CMVM sobre as transações sobre as Ações realizadas por cada uma delas.

0.2 Efeitos do registo

A Oferta foi objeto de registo prévio na CMVM com o número 9203.

Nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 118.º do Código dos Valores Mobiliários, *“o registo de oferta pública de aquisição implica a aprovação do respetivo prospeto e baseia-se em critérios de legalidade”* e *“a aprovação do prospeto e o registo não envolvem qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica ou financeira do oferente, do emitente ou do garante, à viabilidade da oferta ou à qualidade dos valores mobiliários”*.

O intermediário financeiro encarregue da assistência à Oferta, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 113.º e do número 2 do artigo 337.º do Código dos Valores Mobiliários, designadamente no que se refere à prestação dos serviços necessários à preparação, lançamento e execução da Oferta, é o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 222, 1250-148 Lisboa, com número único de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 502 593 687 e capital social de € 530.000.000,00.

CAPÍTULO 1 – RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO

Identificação dos responsáveis

A forma e o conteúdo do presente Prospeito obedecem ao preceituado no Código dos Valores Mobiliários, no Regulamento n.º 3/2006 da CMVM, conforme alterado, e na demais legislação aplicável. As pessoas e entidades a seguir indicadas são, nos termos dos artigos 149.º e 150.º do Código dos Valores Mobiliários, responsáveis pelos danos causados pela desconformidade do conteúdo do Prospeito com o disposto no artigo 135.º do Código dos Valores Mobiliários, à data da sua divulgação, exceto se provarem que agiram sem culpa.

- A Oferente: GASS
- A Sociedade Adquirente: Ángeles Portugal, S.A. de C.V.
- Os membros do Conselho de Administração da GASS:
 - Olegario Vázquez Raña, Presidente
 - Olegario Vázquez Aldir, Vice-Presidente
 - José Luis Alberdi González, Secretário
 - Roberto Simón Sauma, vogal
 - Ernesto Rivera Aguilar, vogal
 - Victorina Alicia Navarrete Diaz, vogal
- Os membros do Conselho de Administração da Sociedade Adquirente:
 - Olegario Vázquez Raña, Presidente
 - Olegario Vázquez Aldir, Vice-Presidente
 - José Luis Alberdi González, Secretário
 - Roberto Simón Sauma, vogal
 - Ernesto Rivera Aguilar, vogal
- O Intermediário Financeiro: BBVA

Nos termos do disposto no número 2 do artigo 149.º do Código dos Valores Mobiliários, a culpa é apreciada de acordo com elevados padrões de diligência profissional. Nos termos do disposto no número 3 do artigo 149.º do Código dos Valores Mobiliários, a responsabilidade das pessoas acima referidas é excluída se provarem que o destinatário tinha ou devia ter conhecimento da deficiência de conteúdo do Prospeito à data da emissão da sua declaração contratual ou em momento em que a revogação da aceitação ainda era possível.

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 150.º do Código dos Valores Mobiliários, a Oferente responde, independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros do seu Conselho de Administração ou do BBVA, o último na qualidade de intermediário financeiro responsável pela assistência à Oferta.

A informação contida neste Prospeito relativa à ESS provém e é baseada em informação pública que não foi independentemente verificada pela Oferente, pela Sociedade Adquirente ou pelo Intermediário Financeiro. A Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente não têm conhecimento de quaisquer factos ou circunstâncias que indiquem que qualquer declaração relativa à ESS contida neste Prospeito não é verdadeira ou é materialmente enganosa. No entanto, a Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente não fazem qualquer declaração de que a informação aqui contida relativa à ESS é correta e completa, e não assumem qualquer responsabilidade pelo eventual não cumprimento por parte da ESS da obrigação de divulgar quaisquer eventos que possam eventualmente ter ocorrido, em virtude dos quais a informação aqui contida e em que a Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente se basearam seja suscetível de ser enganosa.

CAPÍTULO 2 – DESCRIÇÃO DA OFERTA

2.1 Montante e natureza da operação

A Oferta é geral e voluntária e abrange todas as Ações emitidas e em circulação representativas do capital social da Sociedade Visada, com exceção das Ações detidas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente.

A Oferente compromete-se a adquirir, através da Sociedade Adquirente que será a compradora direta, nos termos e condições estabelecidos no presente Prospeto, todas as Ações da Sociedade Visada que sejam objeto de válida aceitação da Oferta.

A Oferta é apenas dirigida às Ações que, na data de encerramento da Oferta, se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos e responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade. A aceitação da Oferta pelos seus destinatários fica submetida ao cumprimento dos respetivos requisitos legais e regulamentares, incluindo os constantes de lei estrangeira quando os destinatários da Oferta a ela estejam sujeitos.

A Oferente detém atualmente 3.618.154 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, representativas de aproximadamente 3,79% dos respetivos direitos de voto.

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à Oferente são também imputados os direitos de voto correspondentes às Ações detidas por: (i) Olegario Vázquez Raña, presidente do Conselho de Administração da Oferente, o qual detém atualmente 1.520.997 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, correspondentes a aproximadamente 1,592% dos respetivos direitos de voto; e (ii) Olegario Vázquez Aldir, vice-presidente do Conselho de Administração da Oferente, o qual detém atualmente 1.520.996 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, correspondentes a aproximadamente 1,592% dos respetivos direitos de voto.

À Oferente são, consequentemente e nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, diretamente e através das Ações detidas pelos Senhores Olegario Vázquez Raña e Olegario Vázquez Aldir, imputados direitos de voto correspondentes a 6.660.147 Ações no capital social da Sociedade Visada, representativas de aproximadamente 6,97% da totalidade dos direitos de voto na Sociedade Visada.

Consequentemente, a Oferente compromete-se a adquirir, através da Sociedade Adquirente que será a compradora direta, um máximo de 88.882.107 Ações da ESS, correspondentes a aproximadamente 93,03% do respetivo capital social.

2.2 Montante, natureza e categoria dos valores mobiliários objeto da Oferta

O capital social da Sociedade Visada é representado por 95.542.254 ações ordinárias,

nominativas e escriturais com o valor nominal de € 1,00 cada, as quais se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon* e com o código ISIN PTEPT0AM0005.

Nos termos da Informação Financeira Intercalar Consolidada (não auditada) da ESS relativas ao primeiro semestre de 2014, divulgadas no sítio da internet da CMVM (www.cmvm.pt), a Sociedade Visada é detentora de 54.385 Ações Próprias.

Considerando as Ações atualmente detidas diretamente pela Oferente e os direitos de voto que, nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, lhe sejam imputáveis apenas podem ser objeto de aceitação da Oferta um máximo de 88.882.107 Ações. São imputáveis à Oferente, diretamente e nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, direitos de voto inerentes a 6.660.147 Ações representativas de cerca de 6,97% do capital social da Sociedade Visada.

A aceitação da Oferta encontra-se limitada às Ações que, na data de encerramento da Oferta, se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos e responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade, incluindo quando tal limitação à sua transmissibilidade provém de ordem de bloqueio das Ações na respetiva conta de valores mobiliários dada pelo seu titular, nos termos do disposto na alínea a) do número 2 artigo 72.º do Código dos Valores Mobiliários.

A Oferente compromete-se a adquirir todas as Ações que sejam objeto de válida aceitação da Oferta e que cumpram os termos e condições estabelecidos no presente Prospeto, nomeadamente caso os destinatários da Oferta aceitem vender uma quantidade de Ações que permita que, em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento), das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.

Caso a Oferta seja bem sucedida, a Oferente pretende adquirir as Ações através da Sociedade Visada, a qual deterá as Ações diretamente.

Nos termos do número 1, alínea a) e número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários, a Oferente beneficiará da derrogação do dever de lançamento de uma oferta pública de aquisição em caso de sucesso da Oferta, uma vez que esta é geral e cumpre, na presente data, os requisitos relativos à contrapartida mínima previstos no artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários para as ofertas obrigatórias. Comprovados estes pressupostos, e desde que a Oferente e/ou as entidades que com ela se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários não adquiram Ações a preço superior à contrapartida da Oferta até ao termo desta, a CMVM deverá emitir a declaração prevista no número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários mediante requerimento da Oferente na sequência da Oferta, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006.

A disponibilidade da Oferta e a sua aceitação por entidades ou pessoas não residentes em

Portugal poderão ser afetadas pelas leis da jurisdição relevante. Qualquer pessoa não residente em Portugal deverá informar-se sobre os requisitos legais aplicáveis e cumprir tais requisitos.

2.3. Contrapartida oferecida e a sua justificação

Valor da contrapartida

A contrapartida oferecida a pagar em numerário é de € 4,50 por Ação, deduzido de qualquer montante (ilíquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das Ações e se esse momento ocorrer antes da liquidação financeira da Oferta.

Tendo em conta que a Oferta é geral e voluntária, a contrapartida oferecida não terá de cumprir os requisitos mínimos estabelecidos no número 1 do artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários. Este artigo prevê que a contrapartida oferecida em ofertas públicas de aquisição obrigatórias não poderá ser inferior ao mais alto de entre os seguintes valores:

- a) o maior preço pago pelo oferente ou por qualquer das pessoas que, em relação a ele, estejam em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários, pela aquisição de valores mobiliários da mesma categoria, nos seis meses imediatamente anteriores à Data do Anúncio Preliminar;
- b) o preço médio ponderado pelo volume desses valores mobiliários apurado no *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon* nos seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar.

Pese embora a Oferta não seja uma oferta pública de aquisição obrigatória, a contrapartida da Oferta cumpre os requisitos do artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários, por ser superior: (i) ao preço mais alto pago, direta ou indiretamente, pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar, o qual foi de € 3,9 e (ii) o preço médio ponderado pelo volume das Ações (€ 3,592) no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon* durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar. ⁽¹⁾

Justificação da contrapartida

A Oferta representa um prémio de 21,03% e 25,29% do preço médio ponderado pelo volume das Ações nos três meses anteriores e seis meses anteriores, respetivamente, à Data do Anúncio Preliminar (baseado nas sessões ordinárias de negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon*); um prémio de 40,63% em relação ao preço das Ações à data da oferta pública inicial da Sociedade Visada e um prémio de cerca de 14,13% em relação ao último preço de negociação na Data do Anúncio Preliminar, o que

⁽¹⁾ Entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do registo da Oferta o preço mais alto pago pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários foi de € 4,24 por Ação numa compra efetuada no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon* no dia 20 de agosto de 2014.

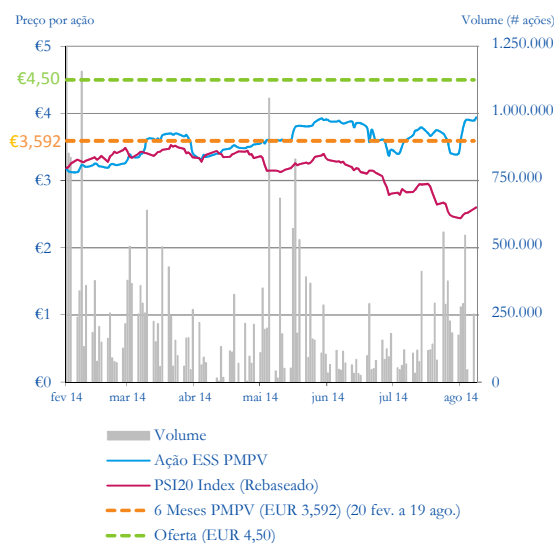
representa, na opinião da Oferente, um prémio atrativo para alcançar um elevado grau de aceitação da Oferta.

O preço mais alto pago, direta ou indiretamente, pela Oferente ou qualquer entidade com esta relacionada nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar foi de € 3,9 e excede o preço médio ponderado pelo volume das Ações no *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* (€ 3,592) no mesmo período. O capítulo 3 contém uma descrição detalhada das transações sobre as Ações efetuadas pela Oferente e pelas entidades ou pessoas que, em relação a ela, se encontram em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Adicionalmente, entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do registo da Oferta o preço mais alto pago pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários foi de € 4,24 por Ação numa compra efetuada no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* no dia 20 de agosto de 2014.

Entre a data da oferta pública inicial, em 7 de fevereiro de 2014, e a Data do Anúncio Preliminar, o preço por Ação da Sociedade Visada aumentou 23,2% enquanto o mercado de ações em Portugal tomou a direção oposta. Durante o referido período, o Índice PSI-20 desceu 17,8%.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do preço médio diário ponderado pelo volume das Ações e o volume diário correspondente negociado entre a oferta pública inicial da Sociedade Visada e a Data do Anúncio Preliminar, i.e., entre e incluindo o dia 12 de fevereiro de 2014 e 19 de agosto de 2014, comparado com o PSI 20 e a contrapartida oferecida. O gráfico evidencia ainda a diferença entre a contrapartida por Ação oferecida e (i) o preço médio ponderado por volume durante todo o período referido e (ii) o preço médio ponderado por volume por cada dia compreendido naquele período.



Nota: o cálculo do preço médio ponderado por volume (PMPV) foi determinado com base no preço de cada transação realizada nas sessões do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* durante o referido período

A tabela abaixo ilustra o preço por ação da Sociedade Visada à data da oferta pública inicial, bem como o preço médio ponderado pelo volume e o volume de Ações negociados no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* em diferentes períodos anteriores à Data do Anúncio Preliminar e por comparação com o valor da contrapartida da Oferta:

Períodos contados da Data do Anúncio Preliminar	Ações da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A.		
	Número de ações negociadas	Preço médio ponderado por volume (€)	Prémio oferecido
Últimos 6 meses (20 fev. a 19 ago.)	24.049.703	3,592	25,29%
Últimos 3 meses (20 mai. a 19 ago.)	11.854.610	3,718	21,03%
Último mês (20 jul. a 19 ago.)	4.803.702	3,700	21,61%
Dia 19 de agosto de 2014	75.630	3,943 ⁽¹⁾	14,13%
	Ações da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A.		
	Número de ações dispersas	Preço (€)	Prémio oferecido
Preço da oferta pública inicial (7 de fevereiro de 2014 ⁽²⁾)	40.709.308 ⁽³⁾	3,200	40,63%

(1) Último preço de negociação

(2) Data da sessão especial do mercado regulamentado

(3) Inclui todas as ações abrangidas pela oferta pública inicial da ESS, quer através de aumento de capital (7.042.254), quer através de distribuição através de alienação pelos acionistas à data (33.667.054), excluindo-se o *greenshoe* (6.106.396)

O prémio oferecido em relação ao preço das ações da Sociedade Visada no momento da oferta pública inicial é de 40,63%.

A contrapartida oferecida representa ainda um prémio de 14,13% sobre o último preço de negociação antes da divulgação do Anúncio Preliminar e, bem assim, 21,61%, 21,03% e 25,29% sobre o preço médio ponderado por volume das ações da ESS, respetivamente, no último mês, nos últimos três meses e nos últimos seis meses anteriores à divulgação do Anúncio Preliminar.

É também de salientar que desde a oferta pública inicial da Sociedade Visada, a qual ocorreu em 7 de fevereiro de 2014, até à Data do Anúncio Preliminar, o preço das Ações transacionadas no mercado regulamento da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* nunca atingiu a contrapartida da Oferta.

O preço médio ponderado pelo volume de Ações negociadas nas sessões do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* durante os 6 meses que precederam o dia anterior à Data do Anúncio Preliminar foi de € 3,592. Durante este período foram negociadas 24.049.703 Ações, um número equivalente a aproximadamente 25% de todas as Ações da ESS e, aproximadamente, 51% de todas as Ações não detidas pela Espírito Santo Health Care Investments, S.A., o acionista maioritário. Assim, a contrapartida proposta pela Oferta representa um prémio de 25,29% em relação ao valor médio ponderado pelo volume das Ações nos 6 meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar.

A contrapartida oferecida para a Oferta representa um prémio de 40,63% em relação ao preço por Ação da Sociedade Visada à data da oferta pública inicial da ESS.

Em resultado da análise feita acima, a Oferente considera que a contrapartida proposta cumpre, embora a tal não esteja obrigada, os requisitos previstos no número 1 do artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários para ofertas públicas de aquisição obrigatórias, estando acima do valor que resulta da aplicação dos referidos critérios legais (o preço mais alto pago, direta ou indiretamente, pela Oferente ou por qualquer entidade com esta relacionado nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar foi de € 3,9 e excede o preço médio ponderado pelo volume das Ações no *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* (€ 3,592) durante o mesmo período). O capítulo 3 contém uma descrição detalhada das transações sobre as Ações efetuadas pela Oferente e pelas entidades ou pessoas que, em relação a ela, se encontram em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Adicionalmente, entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do registo da Oferta o preço mais alto pago pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que, em relação a ela, se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários foi de € 4,24 por Ação numa compra efetuada no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* no dia 20 de agosto de 2014.

A contrapartida da Oferta no contexto dos preços alvo da ESS publicados por analistas

A tabela abaixo mostra os últimos preços-alvo da ESS dado por analistas de ações (conforme publicado pela Bloomberg) em momento imediatamente anterior à Data do Anúncio Preliminar:

Analista	Preço-alvo por Ação (€)	Data	Recomendação
BBVA	4,600	7 de agosto de 2014	Comprar
Millennium bcp	4,450	19 de junho de 2014	Comprar
BPI	3,950	16 de junho de 2014	Manter
Santander	4,550	2 de junho de 2014	Comprar
Credit Suisse	4,150	28 de maio de 2014	Manter
Kepler Cheuvreux	4,200	28 de maio de 2014	Comprar
Caixa Banco de Investimento	3,900	27 de maio de 2014	Manter
Média	4,257		
Mediana	4,200		

Fonte: Bloomberg (informação extraída a 19 de agosto de 2014).

De acordo com a Bloomberg, a média dos preços-alvo atribuídos pelos analistas relativamente à ESS foi, em 19 de agosto de 2014, de € 4,257, sendo a mediana de € 4,200.

A contrapartida oferecida de € 4,50 em dinheiro por Ação é mais alta 5,71% do que a média e 7,14% do que a mediana das recomendações de preço alvo atribuídas pelos analistas referidos acima às Ações da Sociedade Visada.

Prémio em relação aos múltiplos de negociação de empresas comparáveis

Em Portugal não existem empresas comparáveis admitidas à negociação dado que as principais empresas comparáveis a operar no setor dos serviços de saúde (i.e. José de Mello Saúde e HPP – atualmente a operar sob a marca Lusíadas Saúde) são ambas sociedades cujas ações não se encontram admitidas à negociação.

Não obstante, a título ilustrativo foram selecionadas algumas empresas do mesmo setor da Sociedade Visada na Europa e na América do Norte. No entanto, o nível de comparabilidade é limitado tendo em conta que as empresas europeias e norte-americanas operam em regimes regulatórios e fiscais diferentes e em alguns casos com perfis de crescimento substancialmente distintos.

A tabela seguinte indica os múltiplos de negociação de empresas europeias e norte-americanas a operar no setor dos serviços de saúde à data de 19 de agosto de 2014:

Pares	País & Cap. Bolsista (EUR Mn)		EV / Vendas			EV / EBITDA			EV / EBIT			P / E			CAGR 14 -16	
			2014E	2015E	2016E	2014E	2015E	2016E	2014E	2015E	2016E	2014E	2015E	2016E	Vendas	EBITDA
ORPEA	Fra	2.688	2,3x	2,0x	1,9x	12,0x	10,7x	9,7x	15,9x	14,2x	13,0x	20,3x	17,4x	15,1x	10,5%	11,1%
Korian-Medica	Fra	2.130	1,4x	1,3x	1,3x	10,5x	9,2x	8,4x	15,0x	12,8x	11,6x	24,4x	17,2x	14,6x	5,1%	11,7%
Fresenius	Ger	19.856	1,7x	1,6x	1,5x	9,6x	8,6x	7,8x	12,3x	11,0x	10,0x	18,4x	15,6x	13,8x	6,6%	10,4%
Rhön-Klinikum	Ger	3.201	n.a.	1,1x	1,1x	9,9x	8,1x	7,5x	n.a.	11,1x	11,4x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	14,8%
Le Noble-Age	Fra	147,39	0,9x	0,8x	0,7x	8,6x	7,7x	6,8x	11,8x	9,9x	8,5x	15,7x	11,7x	10,1x	10,3%	12,1%
Medidin	Ger	180,41	0,4x	0,4x	0,4x	9,6x	7,9x	6,5x	n.a.	n.a.	14,7x	n.a.	n.a.	19,4x	3,0%	21,9%
Gén. de Santé	Fra	915,97	0,9x	0,9x	n.a.	7,8x	7,6x	n.a.	16,8x	16,5x	n.a.	25,6x	24,0x	n.a.	n.a.	n.a.
HCA Holdings	USA	22.502	1,6x	1,6x	1,5x	8,3x	7,9x	7,5x	11,1x	10,4x	9,7x	15,6x	14,0x	12,4x	4,7%	5,7%
Community Health S.	USA	4.499	1,2x	1,1x	1,1x	8,1x	7,3x	6,9x	14,1x	12,4x	11,6x	17,7x	13,2x	11,0x	5,9%	8,1%
Tenet Healthcare	USA	4.437	1,0x	1,0x	1,0x	9,3x	8,2x	7,6x	16,6x	13,6x	12,3x	n.a.	21,2x	17,2x	5,0%	10,8%
Lifepoint Hospitals	USA	2.565	1,1x	1,0x	0,9x	8,8x	8,0x	7,5x	15,1x	13,8x	12,5x	23,5x	21,3x	19,4x	7,4%	8,2%
Univ. Health Serv.	USA	8.429	1,7x	1,6x	1,5x	9,8x	9,2x	8,7x	12,9x	11,9x	10,9x	19,3x	17,5x	16,0x	5,2%	6,5%
Mediana			1,2x	1,1x	1,1x	9,4x	8,0x	7,5x	14,5x	12,4x	11,6x	19,3x	17,3x	14,9x	5,6%	10,8%

Preço Oferta ESS	Portugal	1,5x	1,5x	1,5x	9,7x	9,4x	9,2x	17,1x	16,3x	15,7x	21,4x	19,9x	19,0x	1,5%	2,9%
------------------	----------	------	------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Preço Implícito ação ESS c/ base em múltiplos comparáveis	3,087	2,733	2,674	4,296	3,552	3,336	3,546	2,935	2,796	4,051	3,912	3,524
Prémio Implícito em Oferta	45.8%	64.7%	68.3%	4.7%	26.7%	34.9%	26.9%	53.3%	60.9%	11.1%	15.0%	27.7%

Fonte: Capital IQ (extraído a 19 de agosto de 2014).

Nota: O preço por Ação da ESS implícito no múltiplo (mediana) comparável foi calculado:

- Para o valor dos múltiplos relacionados P/E (price to earnings): cada múltiplo foi aplicado ao correspondente resultado líquido estimado para a ESS e dividido diretamente pelo número de ações existentes da ESS
- Para os múltiplos relacionados com EV: cada múltiplo foi aplicado à correspondente estimativa da métrica operacional para a ESS menos a dívida financeira líquida final e participações minoritárias mais os investimentos em associadas e este número final foi dividido pelo número de ações existentes da ESS.

Nota (2) Fra é França e Ger é Alemanha

Nota (3): EV, EBITDA, EBIT, CAGR e P/E estão definidos na seção de DEFINIÇÕES

A tabela acima evidencia os múltiplos de negociação de um conjunto selecionado de empresas que opera no setor da saúde na Europa e na América do Norte.

Os múltiplos de negociação são rácios habitualmente utilizados como metodologia de avaliação. Estes rácios, obtidos através da divisão do valor dado pelo Mercado (capitalização de mercado ou Enterprise Value) por diversas métricas financeiras (ou seja, vendas, EBITDA, EBIT e resultado líquido), permitem avaliar as empresas pela aplicação dos múltiplos obtidos aos resultados financeiros da empresa objeto de avaliação. Neste caso, foi aplicada a mediana deste conjunto de empresas à métrica financeira da ESS de forma a obter o valor implícito. Assim, compara-se o valor da contrapartida da Oferta com o valor implícito obtido.

Em resultado da análise feita acima, a contrapartida oferecida apresenta diferentes níveis de prémio em relação ao preço por Ação implícito da ESS em diferentes múltiplos de negociação comparáveis. Assim, o prémio implícito considerando EV/Vendas 2014E é de 45,8%, considerando EV/EBITDA 2014E é de 4,7%, considerando EV/EBIT 2014E é de 26,9% e considerando P/E 2014E é de 11,1%.

Detalhes de cálculo de múltiplos de negociação

Para o cálculo dos múltiplos implícitos na contrapartida da Oferta e para as empresas comparáveis, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- EV (Enterprise Value) = Valor do Capital Próprio + Dívida Financeira Líquida + Interesses Minoritários – Investimentos em Associadas
- Valor do Capital Próprio (Capitalização de Mercado) = número de ações em circulação * Preço por ação a 19 de agosto de 2014 (exceto em relação à ESS, relativamente ao qual o preço da Oferta foi utilizado)
- P/E (Price to Earnings) = Preço da ação dividido pelo resultado líquido por ação de acordo com os últimos dados disponíveis

Enterprise Value da ESS

O Enterprise Value utilizado para o cálculo dos múltiplos implícitos para a contrapartida oferecida pelas Ações da ESS foi de € 612,7 milhões, calculado da seguinte forma:

- (+) Valor do Capital Próprio da ESS: € 429,7 milhões (€ 4,5 por Ação * 95.487.869 Ações em circulação)
- (+) Dívida Financeira Líquida: € 183,1 milhões (Relatório e Contas Intercalar do primeiro trimestre de 2014 da ESS)
- (+) Interesse Minoritário: € 1,5 milhões (Relatório e Contas Intercalar do primeiro trimestre de 2014 da ESS)
- (-) Investimentos em Associadas: € 1,6 milhões (Relatório e Contas Intercalar do primeiro trimestre de 2014 da ESS)

Entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do presente Prospeto, a ESS publicou os resultados semestrais consolidados para os primeiros seis meses de 2014 (não auditados), que se encontram disponíveis no sítio da internet da ESS em http://www.essaude.pt/media/6876655/pcs51974_pt.pdf.

Contas da ESS

Os dados financeiros consolidados da ESS utilizados no cálculo dos múltiplos correspondem às estimativas de analistas de mercado disponíveis no consenso da Capital IQ em 19 de agosto de 2014, conforme indicados na tabela abaixo:

ESS	Milhões de Euros		
	2014E	2015E	2016E
Vendas	397	400	409
EBITDA	63	65	67
EBIT	36	37	39
Resultados líquidos	20	22	23

Fonte: Capital IQ (Valores do consenso de 19 de agosto de 2014)

De acordo com os respetivos Relatórios e Contas anuais da ESS, o valor contabilístico por ação em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014 era, respetivamente, de € 1,44, € 1,60 e € 1,76. A contrapartida da Oferta representa um prémio de 181,25% e 155,98% do valor contabilístico por ação, respetivamente, em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de março de 2014. ^(?)

Múltiplos de empresas comparáveis

Os múltiplos para as empresas comparáveis são calculados de acordo com os seguintes pressupostos utilizando os números retiradas da Capital IQ a 19 de agosto de 2014:

- Enterprise Values baseados (i) no preço por ação de mercado das empresas comparáveis no fecho de mercado em 19 de agosto de 2014; (ii) nos últimos números disponíveis de Dívida Financeira Líquida em 19 de agosto de 2014; (iii) nos últimos números disponíveis de Interesses Minoritários em 19 de agosto 2014; (iv) últimos números disponíveis de Ações Próprias em 19 de agosto de 2014); e (v) nos últimos números disponíveis de Investimentos em Associadas em 19 de agosto 2014.

- dados financeiros de 2014E 2015E e 2016 EBITDA de acordo com as estimativas dos analistas de mercado disponíveis no consenso da Capital IQ à data de 19 de agosto de 2014.

Derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória subsequente

Conforme se demonstra na subsecção “*Justificação da Contrapartida*”, e pese embora a Oferta

^(?) Em 25 de Agosto de 2014, a ESS divulgou ao mercado os resultados semestrais consolidados para os primeiros seis meses de 2014 (não auditados). De acordo com esses resultados o valor contabilístico por ação, em 30 de junho de 2014, era de € 1,80.

não seja uma oferta pública de aquisição obrigatória, a contrapartida da Oferta cumpre os requisitos estabelecidos no número 1 do artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários, por ser superior: (i) ao preço mais alto pago, direta ou indiretamente, pela Oferente ou por qualquer entidade ou pessoa que se encontra com ela em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários nos seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar o qual foi de € 3,9 e (ii) o preço médio ponderado pelo volume das Ações (€ 3,592) no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* durante os seis meses anteriores à Data do Anúncio Preliminar. O capítulo 3 contém uma descrição detalhada das transações sobre as Ações efetuadas pela Oferente e pelas entidades ou pessoas que, em relação a ela, se encontram em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos do número 1, alínea a) e número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários, a Oferente beneficiará da derrogação do dever de lançamento de uma oferta pública de aquisição em caso de sucesso da Oferta, uma vez que esta é geral e cumpre, na presente data, os requisitos relativos à contrapartida mínima previstos no artigo 188.º do Código dos Valores Mobiliários para as ofertas obrigatórias. Comprovados estes pressupostos, e desde que a Oferente e/ou as entidades que com ela se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários não adquiram Ações a preço superior à contrapartida da Oferta até ao termo desta, a CMVM deverá emitir a declaração prevista no número 2 do artigo 189.º do Código dos Valores Mobiliários mediante requerimento da Oferente na sequência da Oferta, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2006.

2.4. Modo de pagamento da contrapartida

O resultado da Oferta será apurado em Sessão Especial de Mercado Regulamentado que se espera venha a ter lugar no dia 6 de outubro de 2014, o primeiro dia útil após o termo do prazo da Oferta, em hora a designar no respetivo Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon.

A contrapartida será paga em numerário e estará disponível no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado para o apuramento dos resultados da Oferta.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorrerá no segundo dia útil seguinte à Sessão Especial de Mercado Regulamentado, nos termos do Regulamento da Interbolsa n.º 3/2004, conforme alterado, e no Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado relativa à Oferta a publicar pela Euronext Lisbon, prevendo-se que a mesma venha a ocorrer em 8 de outubro de 2014.

2.5. Compromisso de entrega da Contrapartida da Oferta

No contexto e na base de um acordo de financiamento celebrado entre a Oferente e o BBVA Bancomer, conforme descrito na secção 2.8.3 abaixo, foi emitida uma carta compromisso nos termos do qual os fundos necessários para pagar a contrapartida total oferecida, no montante de € 399.969.481,50, estão assegurados.

Em caso de incumprimento da obrigação de pagamento da contrapartida da Oferta, o BBVA Bancomer obriga-se irrevogavelmente: (i) a pagar, diretamente e à primeira solicitação, ao Intermediário Financeiro o montante total da contrapartida da Oferta para os efeitos de uma nova liquidação da Oferta através dos sistemas centralizados de liquidação; e (ii) caso incumpra a obrigação referida em (i) acima e nos termos da carta compromisso, a entregar, em nome e por conta da Oferente, diretamente e à primeira solicitação, a qualquer destinatário que tenha validamente aceite a Oferta, o montante da contrapartida não liquidada devida a esse aceitante indicado na declaração emitida pelo respetivo intermediário financeiro (a custas da Oferente), sem poder questionar a validade de tal pedido nem opor quaisquer meios de defesa fundados nas relações contratuais recíprocas entre o BBVA Bancomer, o Intermediário Financeiro e a Oferente.

Com efeito, nos termos da referida carta compromisso, o BBVA Bancomer compromete-se irrevogável e incondicionalmente perante os destinatários da Oferta a usar os fundos disponibilizados à Oferente nos termos de um compromisso de pagamento, conforme necessário, para pagar, em nome e por conta da Oferente, a contrapartida devida aos destinatários que aceitem a Oferta, através da entrega desses fundos ao Intermediário Financeiro que se obrigou a aportar os fundos à liquidação da Oferta.

A CMVM deverá anunciar ao mercado os compromissos assumidos pelo BBVA Bancomer em relação aos destinatários da Oferta caso a liquidação financeira não ocorra de forma integral na data prevista.

A carta compromisso é regulada pela lei Portuguesa e qualquer conflito ou litígio que envolva os destinatários da Oferta, o BBVA Bancomer e/ou o Intermediário Financeiro será dirimido pelos tribunais portugueses.

Os compromissos e obrigações do BBVA Bancomer e do Intermediário Financeiro nos termos da carta de compromisso cessarão decorridos 364 dias contados da data da sua emissão, ou seja, 16 de setembro de 2015; sem prejuízo de a sua vigência cessar na data da liquidação financeira da Oferta, desde que, na referida data, o preço devido pela Oferente pela aquisição do número de Ações objeto de válida aceitação da Oferta seja pago na totalidade pelo Intermediário Financeiro, em nome e por conta da Oferente, nos termos descritos acima.

2.6. Modalidade da Oferta

A presente Oferta é geral e voluntária e abrange todas as Ações emitidas e em circulação representativas do capital social da Sociedade Visada, com exceção das Ações detidas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente. A Oferente obriga-se a adquirir, através da Sociedade Adquirente, a totalidade das Ações representativas do capital social da Sociedade Visada que sejam objeto de válida aceitação da Oferta.

2.6.1 Condição para o lançamento da Oferta

O lançamento da Oferta encontra-se sujeito à obtenção do registo prévio da Oferta junto da CMVM.

Resulta da análise dos mercados relevantes realizada pela Oferente exclusivamente sustentada por dados e informações públicas, salvo no que se refere a dados e informações relacionados com a Oferente, e com base na prática decisória da Autoridade da Concorrência, que a aquisição pela Oferente da totalidade das Ações emitidas pela ESS não preenche qualquer das condições legais previstas no número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, de que depende a existência de um dever de notificação prévia à Autoridade da Concorrência.

O critério previsto na alínea a) do número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, não se encontra preenchido porquanto não se identificou, nos mercados locais analisados em que existem unidades da ESS, a existência de qualquer quota de mercado igual ou superior a 50%. Os critérios previstos nas alíneas b) e c) da mesma norma não se encontram preenchidos porquanto nem a Oferente nem qualquer outra entidade do Grupo GEA ou do Grupo GASS realizam, ou realizaram em 2013, qualquer volume de negócios em Portugal.

Ainda que se viesse a considerar, em momento superveniente, estar preenchida alguma das condições legais previstas no número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, tal não prejudicaria a notificação à Autoridade da Concorrência nesse momento e a realização da Oferta, tendo por consequência apenas a inibição temporária, até à decisão de não oposição por parte daquela Autoridade, dos direitos de voto das Ações emitidas pela ESS nos termos previstos no número 2 do artigo 40.º daquele diploma.

A transmissão indireta da participação que a ESS detém (i) na sociedade SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A., a qual é a entidade gestora do Hospital de Loures / Beatriz Ângelo e (ii) na HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A., a qual é a entidade gestora do edifício do Hospital de Loures / Beatriz Ângelo, a realizar no âmbito da Oferta encontrava-se condicionada à emissão pelo Estado Português da autorização administrativa prévia. A referida autorização foi concedida na data do presente Prospeto através de despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado das Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde.

2.6.2 Condição de eficácia da Oferta

A eficácia da Oferta está subordinada a que, até à data e em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.

2.6.3 Pressupostos da decisão de lançamento da Oferta

Para efeitos, designadamente do artigo 128.º do Código dos Valores Mobiliários, e com respeito pelo regime aí previsto, o Anúncio Preliminar e o Anúncio de Lançamento estabelecem que a decisão de lançamento da Oferta se fundou na pressuposição de que, entre a Data do Anúncio Preliminar e a data do encerramento da Oferta, não ocorreu, nem ocorrerá qualquer das seguintes circunstâncias com impacto significativo na situação

patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) adoção de deliberações pelos órgãos competentes da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, com sede em Portugal ou no estrangeiro, que aprovem:
 - i) emissões de ações ou valores mobiliários, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, que confirmam direito à subscrição ou aquisição de Ações representativas do capital social da Sociedade Visada;
 - ii) emissões de valores mobiliários representativos de dívida, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada de valor superior a € 10.000.000,00;
 - iii) emissões de quaisquer tipos de valores mobiliários por Subsidiárias da Sociedade Visada de valor superior a € 10.000.000,00;
 - iv) dissolução, transformação, fusão ou cisão ou quaisquer outras alterações de estatutos da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - v) qualquer distribuição de bens a acionistas pela Sociedade Visada;
 - vi) amortização ou extinção por outra via de Ações da Sociedade Visada;
 - vii) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de Ações da Sociedade Visada ou das Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - viii) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de outras participações sociais, da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;
 - ix) aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação, ou oneração de ativos de valor superior a € 1.000.000,00 da, ou pela, Sociedade Visada, ou de, ou por, Subsidiárias da Sociedade Visada, incluindo trespasse ou cessão, ou promessa de trespasse ou cessão da titularidade, ou assunção de compromissos de alienação ou cedência de tais ativos, salvo se para cumprimento de obrigações assumidas contraídas até à Data do Anúncio Preliminar e que sejam do conhecimento público;
- b) preenchimento de vagas nos órgãos sociais da Sociedade Visada, sem acautelar que a destituição sem justa causa dos designados possa ocorrer mediante uma indemnização cujo montante não exceda a respetiva remuneração anual;
- c) destituição de outros membros dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, tendo como consequência o pagamento de indemnizações superiores ao das respetivas remunerações vincendas até ao que seria o termo por caducidade dos seus mandatos;
- d) aumento da remuneração global dos titulares de cada um dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada para os anos de 2014 e subsequentes, para um valor superior ao da remuneração global dos titulares dos mesmos órgãos no exercício de 2013, salvo um aumento anual não superior a 5% (cinco por cento);
- e) prática de quaisquer atos, pela Sociedade Visada ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, que não se reconduzam à respetiva gestão normal, ou que consubstanciem

incumprimento do dever de neutralidade do órgão de administração previsto no artigo 182.º do Código dos Valores Mobiliários, designadamente a adoção de medidas de efeito defensivo em relação à Oferta e a alienação de Ações Próprias, quer na Oferta, quer a terceiros, sem o consentimento da Oferente;

- f) prática ou abstenção, pela Sociedade Visada, ou por Subsidiárias da Sociedade Visada, ou por qualquer outra entidade de qualquer decisão ou ato ou a ocorrência de qualquer evento ou circunstância que pudesse resultar numa alteração patrimonial desfavorável relevante, não emergente do curso normal dos negócios, na situação da Sociedade Visada ou das Subsidiárias da Sociedade Visada, relativamente à situação evidenciada (i) nos Relatórios de Gestão e Contas publicados em relação a 31 de dezembro de 2013, (ii) na Informação Financeira Intercalar Consolidada publicada em relação a 31 de março de 2014, ou (iii), quando existam, relativamente ao último balanço semestral ou trimestral publicado subsequentemente a essa data; ou
- g) a divulgação de factos suscetíveis de influenciar de modo significativo a avaliação das Ações, mas até hoje não trazidos a público.

Adicionalmente, o Anúncio Preliminar e o Anúncio de Lançamento estabelecem que a decisão de lançamento da Oferta se fundou no pressuposto de que, exceção feita à informação facultada nos documentos de prestação de contas aprovadas da Sociedade Visada anteriores à Data do Anúncio Preliminar e ao que foi, também até à Data do Anúncio Preliminar, publicamente anunciado pela Sociedade Visada, não existe nem existirá qualquer disposição de qualquer acordo, contrato ou outro instrumento do qual seja parte a Sociedade Visada ou as Subsidiárias da Sociedade Visada, nos termos da qual, como consequência do lançamento da Oferta, ou da aquisição ou proposta de aquisição pela Oferente, no todo ou parte, das Ações, e com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira na Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) qualquer empréstimo ou dívida da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, que não sendo imediatamente exigível se vença ou possa ser declarado imediatamente exigível, ou a capacidade de alguma dessas sociedades de contrair empréstimos ou dívidas seja diminuída ou inibida;
- b) seja permitida a criação de (ou se tornem eficazes) quaisquer direitos ou ónus em benefício de terceiros sobre todos ou parte dos negócios ou bens da Sociedade Visada ou de Subsidiárias da Sociedade Visada;
- c) qualquer acordo, direito ou obrigação da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, cesse ou seja negativamente modificado ou afetado;
- d) o interesse ou negócio da Oferente, de sociedades com ela em relação de domínio ou de grupo ou da Sociedade Visada, ou de Subsidiárias da Sociedade Visada, em ou com, respetivamente, qualquer pessoa, firma, sociedade, ou órgão cesse ou seja substancial e negativamente modificado ou afetado;
- e) a Sociedade Visada, ou as Subsidiárias da Sociedade Visada, deixem de poder exercer o

seu negócio utilizando a sua denominação atual.

É ainda pressuposto da oferta a não ocorrência de qualquer alteração substancial nos mercados financeiros nacionais e internacionais e das respetivas instituições financeiras, não assumida nos cenários oficiais divulgados pelas autoridades da Zona Euro e que tenha um impacto substancial negativo na Oferta, excedendo os riscos a ela inerentes.

Ao lançar a Oferta, a Oferente não renuncia a quaisquer direitos, nomeadamente o direito de solicitar à CMVM a modificação ou revogação da Oferta, no que respeita a factos ou atos que não estejam consistentes com os pressupostos constantes do Anúncio Preliminar e no Anúncio de Lançamento, nomeadamente aqueles atos ou factos cujos efeitos ou consequências ainda não estejam integralmente verificados ou não são totalmente conhecidos pela Oferente no momento de divulgação do Anúncio Preliminar.

Mediante aprovação da CMVM, a qual deverá ser solicitada num período de tempo razoável, a Oferta poderá ser modificada ou revogada, em caso de alteração imprevisível e substancial das circunstâncias que, de modo cognoscível pelos destinatários, hajam fundado a decisão de lançamento da Oferta, excedendo os riscos inerentes a esta.

2.6.4 Custos de venda das Ações no âmbito da Oferta

Todos os custos relacionados com a venda das Ações no âmbito da Oferta, incluindo comissões de corretagem e comissões de realização de operações em mercado regulamentado, bem como os impostos que couberem na situação tributável do vendedor, serão da conta dos destinatários da Oferta. Os custos deverão ser indicados pelos intermediários financeiros no momento da entrega das ordens de venda.

Os preçários de intermediação financeira estão disponíveis para consulta na página oficial da CMVM (www.cmvm.pt).

2.6.5 Regime Fiscal

O texto abaixo é um sumário do regime fiscal português, vigente à data do presente Prospeto, em relação a certos aspetos relevantes da tributação do rendimento em Portugal derivado de ações emitidas por uma sociedade residente em Portugal, às mais valias obtidas quando da sua alienação e à sua transmissão a título gratuito.

O enquadramento descrito é o geral e encontra-se sujeito a alterações, incluindo alterações com efeito retroativo. O sumário não pretende constituir aconselhamento legal ou fiscal em relação aos potenciais efeitos da aquisição ou titularidade das Ações e apenas pretende ser uma orientação geral.

Não foram tomados em consideração regimes transitórios eventualmente aplicáveis, designadamente aplicáveis a determinados investidores em particular. As consequências fiscais podem variar de acordo com as disposições de Convenções ou de características particulares dos investidores.

Os potenciais investidores deverão consultar os seus assessores fiscais no que diz respeito às consequências fiscais em Portugal ou outras da compra, titularidade ou alienação das Ações, incluindo as consequências legais e fiscais em jurisdições estrangeiras.

Pessoas singulares residentes em Portugal

Mais valias e menos valias na venda de ações

O saldo anual positivo entre as mais valias e as menos valias tributáveis resultantes da alienação das Ações (bem como de outros valores mobiliários ou ativos financeiros) está sujeito a tributação à taxa especial de 28%, sem prejuízo do seu englobamento por opção dos respetivos titulares e tributação a taxas progressivas que podem atingir 48%, acrescido de uma taxa adicional de solidariedade de 2,5% e 5%, que incidirá sobre o rendimento coletável que exceda os € 80.000 e € 250.000, respetivamente. No caso de exercício de opção de englobamento, sobre a parte do rendimento coletável de IRS que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida, incidirá ainda uma sobretaxa de 3,5%.

Para apuramento do saldo, positivo ou negativo, entre mais valias e menos valias, as perdas resultantes da venda de ações a uma entidade sujeita a um regime fiscal mais favorável incluído na lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, conforme alterada, não serão tomadas em consideração.

Dividendos resultantes da titularidade de Ações

Os dividendos pagos a uma pessoa singular residente em Portugal estão sujeitos a IRS. Aplica-se a retenção na fonte, atualmente, a uma taxa de 28%, no momento da sua colocação à disposição, tendo esta retenção na fonte natureza liberatória, a menos que seja escolhida a opção de englobar os rendimentos, em cujo caso 50% dos dividendos serão tributados a uma taxa progressiva que poderá atingir os 48% (acrescido de uma taxa adicional de solidariedade de 2,5% e 5%, que incidirá sobre o rendimento coletável que exceda os € 80.000 e € 250.000, respetivamente. No caso de exercício de opção de englobamento, sobre a parte do rendimento coletável de IRS que exceda, por sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida, incidirá ainda uma sobretaxa de 3,5%.

Em caso de englobamento, o imposto retido na fonte é considerado como um pagamento por conta do imposto devido a final.

A taxa de retenção na fonte é de 35% e tem natureza liberatória quando os dividendos forem pagos ou colocados à disposição de contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, a não ser que o beneficiário efetivo dos dividendos seja identificado, caso em que as regras gerais acima descritas são aplicáveis.

Aquisição de Ações a título gratuito

Sobre a aquisição de ações a título gratuito (por morte ou em vida) é aplicável imposto do

selo à taxa de 10%. Cônjuges, unidos de facto, ascendentes ou descendentes beneficiam de isenção de imposto do selo em tais aquisições.

Pessoas singulares não residentes em Portugal

Mais valias e menos valias na venda de ações

As mais valias realizadas com a alienação de ações obtidas por não residentes em Portugal estão sujeitas a IRS. O saldo anual positivo entre as mais valias e as menos valias resultantes da venda de Ações (bem como de outros valores mobiliários ou ativos financeiros) está sujeito a tributação a uma taxa especial de 28%. É aplicável uma isenção de tributação salvo no caso de (i) pessoa singular se encontrar domiciliada numa jurisdição em que se encontra sujeita a um regime fiscal mais favorável incluída na lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004 de 13 de fevereiro (conforme alterada); ou (ii) o ativo da sociedade cujas partes de capital são alienadas seja constituído, em mais de 50%, por bens imóveis situados em Portugal.

Em geral, nos termos das Convenções em que Portugal é signatário, Portugal é habitualmente limitado na sua competência para tributar as referidas mais valias, mas as regras aplicáveis das Convenções deverão ser confirmadas caso a caso.

Dividendos resultantes da detenção de Ações

Os dividendos estão sujeitos a IRS através de retenção na fonte, atualmente a uma taxa de 28%, no momento em que o rendimento for colocado à disposição, tendo esta retenção na fonte natureza liberatória. A taxa acima referida poderá ser reduzida nos termos de uma Convenção celebrada entre Portugal e o país de residência da pessoa singular, desde que algumas formalidades, previstas nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro, se encontrem reunidas. Será aplicável retenção na fonte a título definitivo a uma taxa de 35% quando os dividendos são pagos ou colocados à disposição:

- (i) em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, a não ser que o beneficiário efetivo dos dividendos seja identificado, caso em que as regras gerais são aplicáveis; e
- (ii) a pessoas singulares com domicílio em países incluídos na lista de paraísos fiscais aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro (conforme alterada).

Aquisição de Ações a título gratuito

A aquisição de ações a título gratuito (por morte ou em vida) por pessoas singulares não residentes não está sujeita a imposto do selo.

Pessoas coletivas residentes em Portugal ou estabelecimentos estáveis situados em Portugal de entidades não residentes aos quais são atribuíveis o rendimento ou as mais valias resultantes da venda das Ações

Mais valias e menos valias na venda das Ações

As mais valias e menos valias concorrem para a formação do lucro tributável e estão sujeitas a uma taxa de IRC de 23% ou de 17% até aos primeiros 15.000 Euros de matéria coletável no caso de pequenas e médias empresas e pode estar sujeito a derrama municipal a uma taxa que poderá ascender a 1.5%. A derrama estadual também é aplicável a uma taxa de 3% a lucros tributáveis que excedem 1,5 milhões e até 7,5 milhões de Euros, de 5% a lucros tributáveis que se situem entre os 7,5 milhões de Euros e os 35 milhões de euros e de 7% a lucros tributáveis que excedem os 35 milhões de euros. A taxa é de 21,5% no caso de entidades que beneficiem de isenção de imposto nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º do Código do IRC que não se aplica a rendimentos de investimento e no caso de entidades que não realizem atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

No cálculo das mais valias e das menos valias, o custo de aquisição das ações detidas pelo período de, pelo menos, dois anos antes da data da venda é ajustado de acordo com um coeficiente de desvalorização monetária relativo ao ano de aquisição, conforme aprovado anualmente por portaria.

De acordo com o regime de eliminação da dupla tributação económica, caso uma pessoa coletiva: (i) não esteja sujeita ao regime de transparência fiscal; (ii) diretamente (ou direta e indiretamente) for titular de pelo menos 5% do capital social ou direitos de voto de uma sociedade; e (iii) tenha sido titular de ações nessa entidade durante um período de 24 meses anteriormente à data da transmissão das ações, as mais e menos valias resultantes da transmissão dessas ações não serão tomadas em consideração para os efeitos determinação do lucro tributável.

As menos valias na venda de ações a favor de entidades residentes em território, país ou região sujeitos a um regime fiscal mais favorável incluído na lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, conforme alterada, não são dedutíveis para efeitos fiscais. O montante de dividendos distribuídos que beneficiam do regime de eliminação da dupla tributação económica aplicado às participações nos quatro anos anteriores à data de venda das ações não é dedutível para efeitos de cálculo de menos valias em relação a essa venda.

Dividendos resultantes da titularidade de ações

Dividendos pagos a pessoas coletivas residentes em Portugal para efeitos fiscais e a pessoas não residentes com um estabelecimento estável situado em Portugal relativamente ao qual é atribuível rendimento são incluídos no lucro tributável, encontram-se sujeitos a uma taxa de IRC de 23% ou de 17% até aos primeiros 15.000 Euros de matéria coletável no caso de pequenas e médias empresas. Poderão também estar sujeitos a derrama municipal até 1,5%, bem como a derrama estadual a uma taxa de 3% sobre lucros tributáveis que excedem 1,5

milhões e até 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre lucros tributáveis que se situem entre os 7,5 milhões de Euros e os 35 milhões de euros e de 7% sobre lucros tributáveis que excedem os 35 milhões de euros. É aplicável uma taxa de retenção na fonte de 25% que é considerada um pagamento por conta do total do imposto liquidado.

É aplicável uma taxa de retenção na fonte a título definitivo de 21,5% em caso de entidades que beneficiem de isenção de imposto nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º do Código do IRC que não se aplica a rendimentos de investimento e no caso de entidades que não realizem atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

De acordo com o regime de eliminação da dupla tributação económica, se uma pessoa coletiva: (i) não estiver sujeita ao regime de transparência fiscal; (ii) diretamente (ou direta e indiretamente) for titular de pelo menos 5% do capital social ou direitos de voto de uma sociedade; e (iii) tiver sido titular de ações continuamente durante os 24 meses anteriores à data em que os dividendos foram colocados à disposição ou for titular das ações até ao fim do referido período mínimo de titularidade, os dividendos serão dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável. Um período mínimo de um ano de titularidade antes da distribuição é requisito para beneficiar da isenção de retenção na fonte. As instituições financeiras, fundos de pensões, planos de poupança de reforma ou de educação, planos de poupança de ações, fundos de capital de risco e algumas entidades isentas, entre outras entidades, não se encontram sujeitas à referida retenção na fonte.

Uma taxa autónoma de 23% é aplicável aos dividendos distribuídos a entidades que beneficiem de isenção total ou parcial de IRC (incluindo, no último caso, de rendimentos de investimento), caso as ações não sejam detidas por aquelas entidades por um período mínimo de titularidade de um ano, o qual poderá ser completado após os dividendos terem sido colocados à disposição.

É aplicável uma taxa de retenção na fonte a título definitivo de 35% se os dividendos forem pagos ou colocados à disposição de contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, a não ser que o beneficiário efetivo dos dividendos seja identificado, caso em que as regras gerais são aplicáveis.

Aquisição de ações a título gratuito

A variação patrimonial positiva não refletida no resultado do exercício resultante das aquisições de Ações a título gratuito por pessoas coletivas está sujeito a IRC a uma taxa de 23% ou de 17% até aos primeiros 15.000 Euros de matéria coletável no caso de pequenas e médias empresas e poderá estar sujeito a derrama municipal a uma taxa que poderá ascender aos 1.5%. É também aplicável a derrama estadual a uma taxa de 3% a lucros tributáveis que excedem 1,5 milhões até 7,5 milhões de Euros, de 5% a lucros tributáveis que se situem entre os 7,5 milhões de Euros e os 35 milhões de euros e de 7% a lucros tributáveis que excedem os 35 milhões de euros. A taxa é de 21,5% no caso de entidades que beneficiem de isenção de imposto nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º do Código do IRC que não se aplica a rendimentos de investimento e no caso de entidades que não realizem atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Pessoas coletivas não residentes

Mais valias e menos valias na venda de ações

As mais valias que tenham origem na alienação das Ações (bem como outros valores mobiliários e ativos financeiros) por pessoas coletivas não residentes e sem estabelecimento estável situado em Portugal, estão sujeitas a tributação em sede de IRC. Sem prejuízo do que foi referido acima, será aplicável uma isenção à tributação de mais valias, exceto em caso de:

- o vendedor ser detido, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades residentes em Portugal; ou
- o vendedor ser residente em país incluído na lista de paraísos fiscais aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro (conforme alterada).

Em geral, nos termos das Convenções em que Portugal seja signatário, Portugal está habitualmente limitado na competência para tributar as referidas mais valias, mas as regras aplicáveis deverão ser confirmadas caso a caso. O saldo anual positivo entre mais valias de outro modo não isentas de tributação e as menos valias em resultado da venda das ações (e outros ativos) líquida de despesas incorridas na venda é tributado a uma taxa de 25%.

Dividendos e outros rendimentos resultantes da detenção das ações

Os dividendos estão sujeitos a IRC através de retenção na fonte a uma taxa de 25%, tendo esta retenção na fonte natureza liberatória.

A taxa de retenção na fonte acima referida poderá ser reduzida nos termos de uma Convenção celebrada entre Portugal e o país de residência do acionista, desde que certas formalidades, previstas nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do IRC, sejam cumpridas.

A pedido do beneficiário, a diferença entre o imposto retido na fonte e o montante correspondente à aplicação das taxas gerais de IRC poderá ser reembolsada a residentes de outro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu (neste último caso, se houver cooperação em matéria fiscal equivalente à que existe na União Europeia), desde que as condições estabelecidas nos termos do disposto no artigo 2.º da Diretiva 2011/96/UE do Conselho de 30 de novembro de 2011 se encontrem verificadas. Neste caso, todo o rendimento será tido em consideração, incluindo o rendimento obtido em território português.

Os dividendos pagos a uma sociedade residente noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu (neste caso, se existir cooperação administrativa em matéria fiscal) ou em país com o qual Portugal tenha celebrado uma Convenção, caso exista, que preveja cooperação administrativa em matérias fiscais equivalente à que existe na União Europeia, estão isentos de tributação em certas circunstâncias. Incluem-se os casos de a sociedade beneficiária (i) estar sujeita a e não isenta de imposto previsto nos termos do

disposto no artigo 2.º da Diretiva 2011/96/UE do Conselho de 30 de novembro de 2011 (com os ajustamentos necessários, caso aplicável) ou sujeita a imposto que seja idêntico ou semelhante ao IRC, desde que nos países em que Portugal tenha celebrado uma Convenção que preveja cooperação administrativa em matérias fiscais seja acordada e essa cooperação seja equivalente à existente na União Europeia, e a taxa aplicável não seja inferior a 60% da taxa de IRC normal; (ii) diretamente (ou direta e indiretamente) seja titular de pelo menos 5% do capital social ou direitos de voto de uma sociedade; e (iii) seja titular de ações continuamente durante os 24 meses anteriores à data em que os dividendos foram colocados à disposição. Se o referido período de 24 meses for concluído após a data do pagamento, o imposto retido poderá ser reembolsado. Para efeitos de isenção de retenção na fonte ou de reembolso, algumas formalidades, conforme previstas nos termos do disposto no artigo 95.º do Código do IRC, são necessárias. Será aplicável uma taxa de retenção na fonte a título definitivo a uma taxa de 35% quando os dividendos forem pagos ou colocados à disposição:

- em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, a não ser que o beneficiário efetivo dos dividendos seja identificado, caso em que as regras gerais serão aplicáveis; e
- a pessoas coletivas com domicílio em países incluídos na lista de paraísos fiscais aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro (conforme alterada).

Aquisição de ações a título gratuito

A aquisição de ações a título gratuito por pessoas coletivas não residentes em sem estabelecimento estável situado em Portugal às quais são atribuíveis, é tributada a uma taxa de 25%. Em geral, nos termos das Convenções de que Portugal é signatário, Portugal está habitualmente limitado na competência para tributar as referidas mais valias, mas as regras aplicáveis deverão ser confirmadas caso a caso.

2.7. Assistência

O intermediário financeiro encarregue da prestação de serviços de assistência à Oferta, conforme previsto nos termos do disposto nos artigos 113.º e 337.º do Código dos Valores Mobiliários é o BBVA, conforme identificado no subcapítulo 0.2.

A Oferente e o BBVA celebraram, no dia 19 de agosto de 2014, um contrato de prestação de serviços de assistência, nos termos do qual o BBVA se obrigou a prestar à Oferente diversos serviços relacionados com a preparação, registo, lançamento e execução da Oferta.

O referido contrato estabelece diversas obrigações da Oferente e do BBVA em relação à Oferta, incluindo cláusulas sobre honorários, despesas, notificações e procedimentos operacionais relativos à Oferta.

As obrigações do BBVA encontram-se limitadas à assistência ao Oferente no âmbito da Oferta e não será responsabilizado perante a Oferente pelo sucesso ou insucesso da Oferta.

2.8. Objetivos da aquisição

2.8.1 Continuidade ou modificação da atividade empresarial desenvolvida pela Sociedade Visada, política de recursos humanos e estratégia financeira da Sociedade Visada e entidades relacionadas após a Oferta

Não são esperadas alterações substanciais a este respeito. A Oferente pretende operar a Sociedade Visada e respetivas subsidiárias no sentido da continuação das suas atividades, mantendo a linha estratégica definida pelo Conselho de Administração da ESS. A estratégia empresarial da Sociedade Visada atual é definida na secção 14.2 (páginas 160 e seguintes) do seu prospeto de oferta pública inicial. Por favor consultar <http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/fsd29447.pdf>

Abaixo transcreve-se um excerto da estratégia de negócio da Sociedade Visada conforme descrita no prospeto de oferta pública de distribuição e admissão à negociação.

Estratégia

A visão da Sociedade é ser um operador de referência na prestação de cuidados de saúde, pela prática de uma medicina de excelência e inovação. A Sociedade procura diagnosticar e tratar de forma rápida e eficaz, no respeito absoluto pela individualidade do doente, e construir uma organização capaz de atrair, desenvolver e reter pessoas excecionais. O cumprimento destes objetivos tem por base o compromisso da Sociedade com:

- *A colocação dos interesses dos pacientes em primeiro lugar, concentrando-se nos mais altos níveis éticos e profissionais e desenvolvendo relações duradouras com os seus parceiros baseadas nos valores fundamentais da eficiência, integridade e confiança.*
- *A prestação de serviços de saúde de elevada qualidade através do acompanhamento dos avanços científicos e tecnológicos, investindo em tecnologia médica e cirúrgica avançada e nas melhores práticas de gestão por forma a prestar tratamentos inovadores.*
- *O recrutamento e retenção dos melhores e mais bem qualificados médicos, enfermeiros e restante pessoal de suporte, promovendo o seu desenvolvimento profissional contínuo e garantindo que estão totalmente comprometidos com a organização.*

Para atingir esses objetivos, a ESS procura implementar as seguintes estratégias fundamentais:

Melhoria contínua do negócio principal da ESS e o compromisso com a prestação dos serviços de cuidados de saúde de referência

A ESS acredita que presta cuidados de saúde de alta qualidade em todas as suas unidades de saúde através de uma plataforma de negócio rentável e eficiente, com enfoque na excelência clínica, tornando-a um operador de referência no setor português da saúde. A ESS continuará a concentrar-se no aumento da rentabilidade e da competitividade dos seus segmentos principais de negócio através:

- *Do desenvolvimento do leque de produtos oferecidos pelas várias unidades através da inovação apoiada por equipamentos tecnologicamente avançados e por equipas clínicas experientes e dinâmicas, por forma a manter a sua posição competitiva.*
- *Da gestão dos níveis de referência no Grupo, potenciando a sua estratégia de estruturas de tipo central e de clínicas satélite (hub and spoke) e aumentando a referência externa por parte de médicos e clínicas associadas, a fim de ampliar a área de influência das instalações do Grupo.*
- *Da maximização da utilização da capacidade das unidades de saúde através do aumento dos níveis de produtividade do pessoal, com vista ao aumento da eficiência e eficácia e melhoria dos processos internos, reduzindo assim o desperdício de recursos.*
- *Da melhoria dos processos de apoio, tornando-os mais eficientes e eficazes (por exemplo, a gestão do ciclo de faturação e da cadeia de fornecimento), a fim de reduzir custos e minimizar as necessidades de fundo de maneo.*

Potenciação das sinergias existentes entre os segmentos de negócio e unidades de saúde da ESS

A ESS acredita que a sua dimensão e a cobertura do mercado português, em conjunto com as instalações modernas e o uso de tecnologias inovadoras oferecem oportunidades de sinergias internas e externas que podem ser aproveitadas para melhorar a eficiência e eficácia operacional da Sociedade.

A Sociedade pretende continuar a explorar o seu modelo integrado de serviços de saúde, o conjunto abrangente de unidades de saúde, a singularidade de certas unidades de saúde e a sua dimensão para desenvolver sinergias entre as diferentes unidades, bem como entre os vários segmentos de negócio, numa base diária, através da:

- *Continuação da negociação centralizada de acordos com as Entidades Pagadoras, permitindo à ESS alavancar a sua escala e a singularidade de certas unidades para fazer face à pressão competitiva.*
- *Continuação da negociação centralizada do fornecimento de consumíveis clínicos, produtos farmacêuticos e equipamentos clínicos, permitindo ao Grupo obter sinergias da sua dimensão e diversificação de cuidados prestados.*
- *Aproveitamento da utilização partilhada de vários equipamentos e inovações entre as unidades com diferentes níveis de diferenciação tecnológica por forma a maximizar a vida útil dos equipamentos.*
- *Atração dos melhores profissionais, promovendo o seu desenvolvimento profissional e potenciando as suas competências e a sua participação ativa na gestão das unidades do Grupo, por forma a incentivar a sua integração na rede.*
- *Trabalho em rede, desenvolvendo e maximizando os processos de referência de pacientes entre as unidades, a partilha de know-how médico e cirúrgico bem como a otimização de processos, proporcionando o acesso dos pacientes aos serviços de todas as unidades do Grupo.*

Aumento da cobertura e penetração da ESS em Portugal

A ESS tenciona continuar o seu historial de expansão orgânica e de aquisições em Portugal, por forma a aumentar a capacidade e melhorar a abrangência geográfica da sua cobertura em Portugal, no setor dos cuidados agudos, de modo a corresponder à procura crescente por cuidados de saúde privados,

bem como experimentar novas áreas relacionadas com a sua atividade principal. A ESS tenciona desenvolver os seus planos de expansão da seguinte forma:

Aumento da capacidade das unidades de saúde existentes.

Em alguns casos, os hospitais da ESS estão a atingir elevados níveis de utilização, tendo a ESS por objetivo o aumento da capacidade dos serviços em regime de ambulatório, bem como os serviços de internamento nessas unidades de saúde. A ESS tem um bom historial no que concerne à expansão da capacidade das suas unidades de saúde, como por exemplo o Hospital da Arrábida, que aumentou quase para o dobro do seu tamanho, em 2010.

A ESS está a considerar ativamente o desenvolvimento da capacidade nas suas unidades de saúde atuais, através da expansão do Hospital da Luz e do Hospital da Luz – Clínica de Oeiras, estando ainda em negociações para a aquisição de espaço adicional no centro comercial da Arrábida, em Gaia, no Grande Porto, para a expansão do Hospital da Arrábida.

Expansão através de aquisições e projetos construídos de raiz (greenfield)

A ESS tem um historial significativo de projetos construídos de raiz (greenfield) e de aquisições bem-sucedidas, o que permitiu ao Grupo desenvolver uma rede de cuidados de saúde abrangente. A Sociedade demonstrou ainda capacidade para desenvolver projetos construídos de raiz em cidades-chave portuguesas, às quais faltava uma oferta de cuidados de saúde privados estruturada e especializada. O Hospital da Luz, a unidade de referência do Grupo, foi um projeto construído de raiz que tornou o Grupo num dos maiores prestadores de cuidados de saúde privados de alta qualidade do país e elevou o nível tanto dos padrões de serviço, como de tecnologia no mercado dos cuidados de saúde privados. Atualmente, a ESS está a analisar a oportunidade de desenvolver uma presença relevante no Porto, em plena articulação com o Hospital da Arrábida em Gaia, consolidando a presença do Grupo na região norte de Portugal, com uma unidade de referência no centro do Porto.

A ESS também analisa, proactivamente, oportunidades de aquisição, no mercado português, que permitam fortalecer a presença nas principais áreas urbanas, aumentando assim a sua cobertura.

Competição nas oportunidades adicionais no mercado público

As atuais restrições orçamentais do Estado português, podem criar uma oportunidade para operadores privados criarem valor no segmento público de cuidados de saúde, com um valor estimado de € 6,5 mil milhões (através de modelos de PPP, concessões ou contratos de gestão), dado o historial de gestão de unidades de saúde públicas da ESS e a necessidade de aumentar o desempenho e a rentabilidade dos hospitais públicos. A ESS entrou no mercado público através da PPP respeitante ao HBA, que iniciou atividade em 2012. A ESS acredita que está bem posicionada para aproveitar o crescimento futuro do mercado público, dadas a oferta de serviços de cuidados de saúde de elevada qualidade a um custo mais baixo que o dos operadores públicos comparáveis. Adicionalmente, a ESS acredita que a entrada no setor público representa um potencial de crescimento na sua capacidade competitiva, dadas as economias de escala, sinergias e capacidade de retenção de médicos.

Desenvolvimento de novas áreas de atividade

A ESS está comprometida com o alargamento da oferta de serviços e analisa proactivamente novas áreas de atividade, em particular nichos de mercado ainda por explorar ou com pouca oferta, onde possa desenvolver vantagens competitivas. As novas áreas potenciais de serviços foram selecionadas pelas sinergias com a atividade principal da ESS. Atualmente, a ESS está sobretudo focada em seis áreas: telerradiologia, genética, formação e desenvolvimento de profissionais de saúde, programa de transplantes, expansão dos serviços de demência e desenvolvimento da rede de referência de médicos. A ESS acredita que as seis áreas representam uma oportunidade de criar novos negócios, enquanto contribuem para melhorias na sua atividade principal.

Expansão internacional dos serviços da ESS

Com o objetivo de alavancar no conhecimento e experiência da ESS no desenvolvimento e gestão da rede de cuidados de saúde e a diversificação geográfica do negócio, a Sociedade tem vindo a analisar potenciais mercados para a expansão internacional ao longo dos últimos anos. Através de uma abordagem disciplinada e gradual a ESS procura em especial expansões que envolvam um parceiro local forte, por forma a reduzir o risco e tempo despendido para entrada no mercado. Além disso, a ESS tenciona capitalizar o reconhecimento da marca e a reputação de excelência clínica de que beneficia em todas as regiões geográficas que compartilham características semelhantes às do mercado português, o que permite aplicar as competências de gestão e experiência da ESS, bem como potenciar a rede integrada do Grupo.

Atualmente, a ESS encontra-se em fase de avaliação da oportunidade de desenvolvimento de um hospital em Luanda, Angola, em parceria com uma entidade do grupo Teixeira Duarte, com vasta experiência no mercado angolano. A marca do Hospital da Luz já é reconhecida, como estando entre as melhores nos segmentos de rendimento superior no país, em resultado dos indivíduos de nacionalidade angolana que já são pacientes em Portugal.

A Oferente não tem atualmente presença na Europa e mantém a sua confiança no Conselho de Administração e na respetiva equipa de direção.

A intenção da Oferente é continuar a operar e conduzir os negócios da Sociedade Visada a partir das suas instalações existentes não estando prevista a necessidade de alterar as condições de trabalho nem se antecipando a realocação de trabalhadores.

Adicionalmente, a Oferente reconhece a elevada qualidade da indústria de serviços de saúde em Portugal e mais especificamente dos recursos humanos da ESS e conta com a sua futura colaboração de forma a alcançar a estratégia da Sociedade Visada.

A Oferente pretende ainda cumprir todos os compromissos assumidos no âmbito do acordo de parceria público-privada celebrado ao abrigo da lei das parcerias público-privadas aprovada pelo Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de agosto, conforme alterado) nos termos do qual o Grupo ESS gere o Hospital Beatriz Ângelo em Loures em termos de investimento, diversidade de especialidades médicas, políticas de eficiência, qualidade de serviço e níveis de produção. Para assegurar o cumprimento do referido acordo a Oferente efetuará as comunicações relevantes em relação à Oferta.

A estratégia financeira a adotar após a Oferta manterá a política seguida pela Sociedade Visada procurando a redução de custos de financiamento, mantendo um nível de fundo de maneiio adequado e assegurando a continuidade dos contratos existentes.

Essa política será implementada tendo em consideração e assegurando o cumprimento dos acordos de financiamento existentes, leis e regulamentos aplicáveis, e, bem assim, assegurará o provimento adequado de fundo de maneiio, despesas de capital e responsabilidades, atuais ou contingentes (incluindo fiscais).

De qualquer forma, a Oferente não poderá garantir que os planos, objetivos, expetativas e intenções referidas nesta secção serão executados.

2.8.2 Negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon*, manutenção de estatuto de sociedade aberta e exclusão de admissão à negociação

A Oferente pretende adquirir na Oferta um número de Ações (com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos e responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade) representativas de até 100% do capital social da ESS, com exceção das Ações detidas pela GASS e pelos membros do Conselho de Administração da Oferente. A Oferta encontra-se no entanto, condicionada a que, em resultado da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento), das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.

Após a análise dos resultados da Oferta, e de acordo com as condições de mercado, nomeadamente ao nível da Sociedade Visada e da liquidez das Ações após o período da Oferta, caso a Oferente venha a atingir ou ultrapassar, diretamente ou nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nomeadamente através da Sociedade Adquirente (i) 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada e (ii) 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta, por efeito da Oferta ou outras operações legalmente permitidas e relevantes para o cálculo de tal percentagem, a Oferente reserva-se o direito de recorrer ao mecanismo de aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Código dos Valores Mobiliários, o que implicará a imediata exclusão da negociação do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon*, ficando vedada a sua readmissão por um prazo de um ano.

A Oferente encontra-se em condições de exercer os referidos direitos caso, na data da liquidação física e financeira da Oferta, a Oferente seja titular de ou lhe sejam imputados direitos de voto nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, correspondentes a 85.988.029 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada), das quais 83.132.909 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta) têm de ser adquiridas no âmbito da Oferta. No entanto, uma vez que são imputados à Oferente, nos termos do número 1 do artigo 20.º do Código dos

Valores Mobiliários, direitos de voto correspondentes a 3.487.792 Ações adquiridas após a Data do Anúncio Preliminar e, considerando ainda, que estas devem ser contabilizadas para o cômputo deste limiar, para que a Oferente possa exercer estes direitos deverá adquirir 79.645.117 Ações em resultado da Oferta e de acordo com os resultados apurados na Sessão Especial de Mercado Regulamentado.

A Oferente, caso não exerça os direitos referidos no parágrafo anterior, não irá requerer na sequência da Oferta, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, a perda da qualidade de sociedade aberta da Sociedade Visada, mantendo-se, nesse caso, as ações admitidas à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon*.

Caso o limiar de 90% acima referido não seja alcançado, a Oferente não tem, nesta fase, planos para propor qualquer concentração empresarial após a conclusão da Oferta que resulte numa troca das Ações que não forem adquiridas na Oferta por outros valores mobiliários numa fusão ou operação semelhante, pese embora a Oferente se reserve o direito de propor essa operação no futuro.

Embora não o pretenda fazer, após a conclusão da Oferta, a Oferente ou sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, poderão a qualquer momento através de operações realizadas em mercado, fora de mercado, fusões, ofertas públicas adicionais ou outros, adquirir Ações adicionais a um preço diferente daquele pago na Oferta, de acordo com, e na medida do permitido pela lei aplicável.

2.8.3 Financiamento da Oferta

A aquisição das Ações na Oferta é financiada através de fundos próprios da Oferente e de financiamento bancário.

A Oferente celebrou um contrato de financiamento garantido de longo prazo com o BBVA Bancomer para assegurar o pagamento parcial do preço de aquisição das Ações na Oferta. O BBVA Bancomer tem a possibilidade de sindicar uma parte do empréstimo junto de um conjunto de bancos.

O financiamento garantido pela Oferente é independente dos financiamentos atualmente existentes ao nível da Sociedade Visada.

O empréstimo deve ser reembolsado no prazo máximo de 7 anos. Ao abrigo do contrato de financiamento foram prestadas as seguintes garantias:

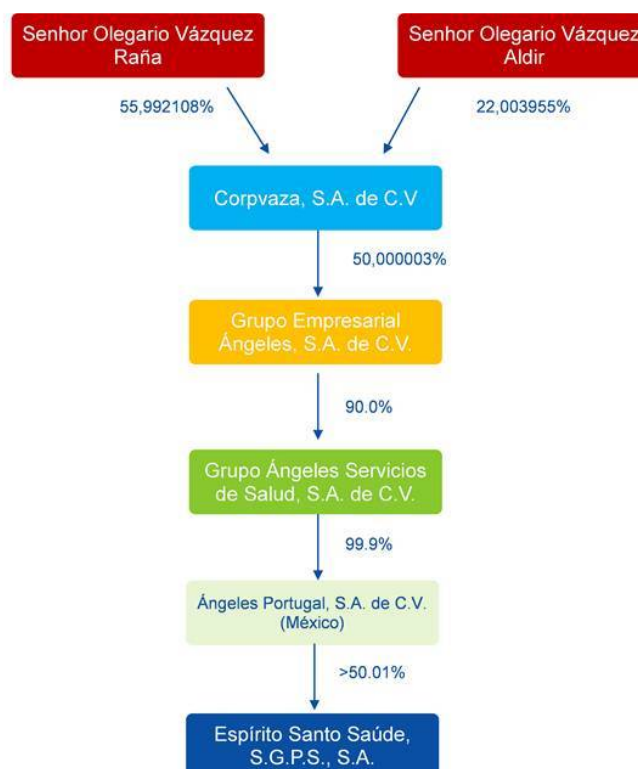
- Penhor das ações da sociedade constituída para efeitos do lançamento da Oferta e que deterá diretamente as ações da ESS, a Ángeles Portugal, S.A. de C.V. (México), ou seja, a Sociedade Adquirente;
- Promessa de penhor das ações da ESS adquiridas no âmbito da Oferta.

As garantes do contrato de financiamento são a GEA; a Operadora de Hospitales Ángeles S.A. de C.V.; a Distribuidora de Medicamentos México, S.A. de C.V.; e a Ángeles Portugal,

S.A. de C.V.

O contrato de financiamento de longo prazo celebrado com o BBVA Bancomer contém um conjunto de termos e condições típicos neste gênero de financiamentos e habituais em contratos de financiamento celebrados no México em transações semelhantes tais como: (i) manutenção da estrutura societária e os direitos associados; (ii) cumprimento de obrigações; (iii) cumprimento da lei, incluindo em matérias ambiental e regulatória; (iv) pagamento de impostos e outras responsabilidades; (v) manutenção da graduação *pari passu* das obrigações existentes e futuras; (vi) limitações à constituição de encargos, incluindo proibição de constituição de garantias (“*negative pledge*”) e restrições à contratação de dívida e garantias adicionais, limitações a processos de fusão e venda de ativos; (vii) obrigação de cumprimento com determinados raios financeiros. Adicionalmente, e também típico neste gênero de financiamentos, o contrato determina que, verificando-se a ocorrência de certos eventos, todas as obrigações de reembolso podem ser declaradas como imediatamente vencidas e devidas.

O gráfico abaixo representa a estrutura societária que se prevê venha a verificar-se para efeitos da conclusão da Oferta:



2.8.4 Impacto do sucesso da Oferta na condição financeira da Oferente

A aquisição das Ações no âmbito da Oferta é financiada através de dívida bancária e também através de fundos próprios da Oferente. O contrato de financiamento referido em 2.8.3 inclui obrigações que limitam o rácio de alavancagem da Oferente na vigência do empréstimo. O rácio de alavancagem da Oferente após a Oferta dependerá do nível de

sucesso da mesma, prevendo-se que em qualquer caso seja inferior ao limite, consequentemente permitindo o crescimento futuro. Os acionistas da Oferente não assumiram nenhuma outra obrigação de capitalização em relação à Oferente.

Em resultado deste empréstimo, numa fase inicial, verificar-se-á um aumento da alavancagem financeira consolidada da GASS. Não obstante, a Oferente considera que tem os meios necessários para cumprir o calendário de amortização da dívida ao abrigo do contrato de financiamento.

A Oferente reconhece a existência de contratos de financiamento celebrados entre a Sociedade Visada e instituições financeiras relativamente aos quais são aplicáveis cláusulas de mudança de controlo, tendo capacidade para contratar financiamento que lhe permita cumprir eventuais obrigações que resultem do exercício destas cláusulas em virtude do sucesso da Oferta. A Oferente tem, ainda, o objetivo de manter as relações de longo prazo com as entidades que têm vindo a financiar a Sociedade Visada.

2.9. Declarações de aceitação

O prazo da Oferta decorrerá entre as 08:30 horas do dia 22 de setembro de 2014 e as 15:30 horas do dia 3 de outubro de 2014. As ordens de venda poderão ser recebidas pelos intermediários financeiros até ao final deste período.

De acordo com o disposto no número 2 do artigo 183.º do Código dos Valores Mobiliários o prazo da Oferta poderá ser prorrogado por decisão da CMVM, por sua iniciativa ou a requerimento da Oferente, em caso de revisão da contrapartida, de lançamento de oferta concorrente ou quando o interesse dos destinatários o justifique.

Os detentores das Ações que desejarem aceitar a Oferta deverão transmitir as ordens de venda diretamente aos intermediários financeiros membros do mercado regulamentado da *Euronext Lisbon by Euronext Lisbon* junto dos quais se encontram abertas as respetivas contas de valores mobiliários.

Os detentores das Ações que aceitem a Oferta poderão revogar a sua declaração de aceitação através de comunicação dirigida ao intermediário financeiro que a recebeu:

- a) em geral, em qualquer momento até cinco dias antes do termo do prazo da Oferta, ou seja, até às 23:59 horas (hora de Lisboa) do dia 28 de setembro de 2014;
- b) no caso de lançamento de oferta concorrente, até ao último dia do prazo da Oferta;
- c) no caso de suspensão da Oferta pela CMVM, até ao quinto dia posterior ao termo da suspensão.

Os intermediários financeiros deverão enviar ao BBVA (o Intermediário Financeiro responsável pela assistência à Oferta) informação diária relativamente às ordens de aceitação e revogação recebidas, incluindo os montantes respetivos, através do número de fax 210 057 568 ou do endereço de correio eletrónico pdltitul.group@bbva.com.

Os intermediários financeiros devem comunicar diariamente à Euronext Lisbon as ordens dos seus clientes e, no limite, até às 16:30 horas do dia 3 de outubro de 2014.

2.10. Resultados da Oferta

O resultado da Oferta será apurado em Sessão Especial de Mercado Regulamentado que se espera venha a ter lugar no dia 6 de outubro de 2014, o primeiro dia útil após o termo do prazo da Oferta, em hora a designar no respetivo Aviso de Sessão Especial de Mercado Regulamentado a publicar pela Euronext Lisbon.

O resultado da Oferta será divulgado pela Euronext Lisbon no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e estará disponível no sítio da internet da CMVM (www.cmvm.pt). Adicionalmente, a GASS anunciará os resultados da Oferta em *press release* que será disponibilizado no seu sítio da internet (www.gass.com.mx).

A liquidação física e financeira da Oferta ocorrerá no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado, prevendo-se que a mesma venha a ocorrer em 8 de outubro de 2014.

CAPÍTULO 3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO OFERENTE, PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E ACORDOS

3.1 Identificação da Oferente

A Oferente

A Oferente é a sociedade Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de C.V. – uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700, Estados Unidos Mexicanos, com capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos e capital variável de 2.067.575.920,00 pesos mexicanos.

A GASS é uma *sub-holding* do Grupo GEA que opera no setor dos serviços de saúde. À data do presente Prospeto, o capital social da GASS é diretamente controlado pela GEA, a qual detém 90% das ações ordinárias representativas do capital social da GASS.

Por seu turno, a GEA é controlada conjuntamente pela Corpvaza, a qual detém 50,000003% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA e pelo Senhor Olegario Vázquez Raña que detém 27,999997% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA.

Por fim, a Corpvaza é diretamente controlada pelo Senhor Olegario Vázquez Raña, que detém 55,992108% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza e pelo senhor Olegario Vázquez Aldir, que detém 22,003955% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza.

A GASS é detentora de um dos sistemas hospitalares privados mais importante do México, esforço que implicou assumir o compromisso de prestar serviço em linha com os mais elevados padrões de qualidade a médicos, pacientes e seus familiares.

As vantagens competitivas da GASS são: infraestruturas de vanguarda, tecnologia de ponta e eficiência operacional. Adicionalmente, através da padronização dos processos de atendimento, administrativos e médicos, garante-se uma elevada qualidade do atendimento e um serviço cordial.

O modelo de gestão da GASS tem as seguintes vantagens competitivas:

- Orientação para a produtividade e eficiência em todos os processos;
- Acionistas empenhados e com uma visão de longo prazo;
- Um corpo médico conceituado com um elevado sentido de pertença e compromisso;
- Pessoal técnico, paramédico e de enfermaria altamente competente e especializado;
- Investimento contínuo em infraestruturas, tecnologia médica e sistemas;
- Alavancagem da escala ou massa crítica;
- Flexibilidade e rapidez na tomada de decisões;

- Elevada capacidade de formação de profissionais de saúde;
- Resultados operacionais e financeiros sólidos;
- Forte potencial de crescimento;
- Administração experiente.

Com o propósito de integrar um sistema privado mais completo para satisfazer as necessidades do setor de saúde, a GASS conta com várias filiais, as quais têm o propósito de agregar valor e de complementar a oferta de produtos e serviços.

HOSPITAIS ÁNGELES

- Líderes no setor da saúde privada no México;
- 28 hospitais próprios (+ 2.500 camas);
- Vocacionados para utentes de nível socioeconómico alto e médio alto;

CENTRO DE DIAGNÓSTICO ÁNGELES (CEDIASA)

- 9 centros de hemodiálise na Cidade do México e respetiva área metropolitana (492 equipas);

LABORATÓRIOS BIOMÉDICOS

- 13 centros na Cidade do México;

OUTRAS ATIVIDADES

- Farmácia Ángeles (18 locais);
- Flores e presentes Ángeles (18 lojas no interior dos hospitais);
- Escola de profissionais de saúde;
- Restaurantes *Rincón Azul* (14 restaurantes).

No setor hospitalar privado, a GASS gere a cadeia de Hospitais Ángeles, atualmente uma marca reconhecida no mercado com as margens operacionais mais elevadas do setor e a qual transmite aos seus clientes e utilizadores confiança e excelência nos cuidados médicos.

Manter-se na vanguarda requer investimento constante. Ao longo de quase três décadas a Oferente foi pioneira na implementação de muitas das mais recentes tecnologias para o diagnóstico e tratamento de doenças na larga maioria das especialidades.

Com vista à integração e certificação do corpo médico são aplicados controlos estritos de qualidade, através dos quais se garante a excelência médica que distingue a GASS. A Oferente conta com uma organização médica que estabeleceu padrões rigorosos para avaliar a formação e desempenho profissional dos especialistas que pretendem pertencer à instituição.

Aos médicos que exercem a sua especialidade nos Hospitais Ángeles, são oferecidas instalações cómodas com o apoio de equipamento hospitalar moderno e diversas áreas de docência, investigação e recreação. Tudo isto faz com que o corpo médico conceda à GASS a sua confiança e tenha para com a organização um grande sentido de pertença e lealdade.

A infraestrutura conta com 28 centros hospitalares em todo o país, em que participam mais de 12.700 colaboradores e 15.000 médicos especialistas certificados.

Na rede de Hospitais Ángeles são prestados serviços clínicos e de internamento a cerca de 1 milhão de pacientes e em consulta externa são atendidos cerca de 5 milhões de pessoas por ano.

INFRAESTRUTURA	
Hospitais	28
Camas	2.554
Blocos operatórios	234
Consultórios	3.324

Por outro lado, a GASS apoia o avanço na medicina através de incentivos a médicos e investigadores conferindo bolsas e celebrado periodicamente acordos com universidades nacionais e internacionais, além da organização e participação em múltiplas conferências e congressos médicos.

Com efeito, os diferentes programas de estudo para especialização disponíveis nos Hospitais Ángeles são certificados pelas mais prestigiadas universidades e escolas de medicina. Atualmente formam-se cerca de 800 médicos por ano, em diferentes cursos de licenciatura e cursos pós graduados.

A GASS encontra-se também envolvida no negócio do turismo de saúde, o qual é uma área com uma tendência de forte crescimento a nível global que ajudou milhares de pessoas a encontrar tratamentos de qualidade no México e noutros destinos em todo o mundo.

Finalmente, para além das atividades principais da GASS, esta contribui para o desenvolvimento do sistema de saúde mexicano ao participar em programas de atenção comunitária e a apoiar diversas organizações de solidariedade social públicas e privadas.

A Sociedade Adquirente

A Sociedade Adquirente é a sociedade Ángeles Portugal, S.A. de C.V. – uma sociedade constituída e regulada ao abrigo da lei dos Estados Unidos Mexicanos, com sede em Camino a Santa Teresa 1055, Torre de Especialidades Quirúrgicas, piso 14, Col. Héroes de Padierna, Ciudad de México, Distrito Federal, 10700 e com o capital social fixo de 50.000,00 pesos mexicanos. A Sociedade Adquirente foi constituída com o propósito do lançamento da Oferta e é detida em 99,99% pela Oferente e em 0,01% pelo senhor Olegario Vázquez Aldir.

Outras atividades desenvolvidas pelo Grupo GEA

O Grupo GEA desenvolve a sua atividade em vários setores para além da saúde, tais como no ramo do turismo, das comunicações e financeiro.

No setor do turismo o Grupo GEA detém o *Grupo Real Turismo*, que possui 41 hotéis, 40 dos quais localizados em 27 cidades no México e 1 em El Paso, no Estado do Texas, nos Estados

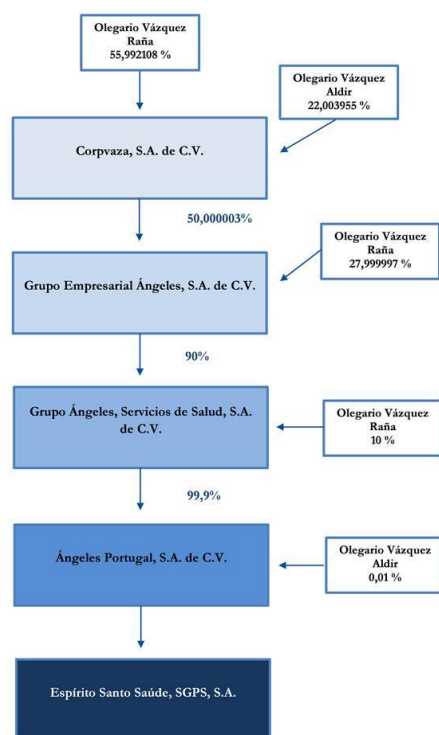
Unidos da América. O Grupo Real Turismo recebe mais de 3 milhões de hóspedes por ano nos mais de 6.885 quartos e de 10.000 camas que possui. Para além da vasta oferta hoteleira, o Grupo Real Turismo desenvolveu marcas próprias como a *Kyo Grill*, a *La Huerta*, a *María Bonita* e a *Token*, e opera no ramo da restauração, designadamente através dos restaurantes de renome internacional *Bice Bistro*, *China Grill*, *Morimoto* e *BeefBar*, explorando ainda mais de 100 bares e restaurantes. Acresce que, o *Grupo Real Turismo* desenvolveu um programa de fidelização que oferece vantagens exclusivas a mais de 150.000 sócios.

No setor das comunicações o Grupo GEA detém o *Grupo Imagen Multimedia*, com quatro plataformas de comunicação que incluem (i) televisão, mais concretamente os canais *Cadenastre* e *Excelsior TV*, com cobertura nacional através de cabo, satélite e internet, (ii) rádio, tendo 20 estações de rádio próprias e mais de 70 estações de rádio filiadas no México, (iii) imprensa, sendo o detentor do *Excelsior*, de circulação nacional e com uma tiragem de 100 mil exemplares por dia e (iv) internet, possuindo várias páginas da internet com mais de 20 mil visitas por dia.

No setor financeiro o Grupo GEA detém o *Grupo Financeiro Multiva*, que com mais de 30 anos de experiência na área oferece serviços financeiros diversificados. O *Grupo Financeiro Multiva* é composto por um banco (*Banco Multiva*), uma corretora (*Casa de Bolsa Multiva*), uma consultora financeira de fundos de investimento (*Fondos de Inversión Multiva*) e uma seguradora (*Seguros Multiva*).

3.2 Imputação de direitos de voto

O gráfico abaixo ilustra a cadeia de detenção das participações sociais do Grupo GEA caso a Oferta seja concluída com sucesso:



As entidades que, em relação à Oferente, se encontram em alguma das circunstâncias previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários são as seguintes:

Sociedades em relação de domínio ou de grupo com a GASS

A lista abaixo indica as sociedades sujeitas a relação de domínio ou de grupo pela GASS:

Hospital los Ángeles, S.A. de C.V.
Servicios Integrados de Salud, S.A. de C.V.
Clínica Lomas Anáhuac, S.A. de C.V.
Consortio International Hospital, S.A. de C.V.
Hospital Privado Monterrey, S.A. de C.V.
International Hospital de México, S.A. de C.V.
Servicios Especializados en Personal de Salud, S.A. de C.V.
Hospital Santa Engracia, S.A. de C.V.
Inmobiliaria Médica de México, S.A. de C.V.
Hospital de la Basílica, S.A. de C.V.
Flores y Regalos Ángeles, S.A. de C.V.
Estacionamiento Santa Teresa, S.A. de C.V.
Centro de Diagnóstico Ángeles, S.A. de C.V.
GASS INTERNATIONAL, INC
Distribuidora de Medicamentos Mexico, S.A. de C.V.
Operadora de Restaurantes Camino Real, S.A. de C.V.
Servicios de Lavandería Tauro, S.A. de C.V.
Actividades Medicas Quirúrgicas, S.A. de C.V.
HSM Operación Integral para la Salud, S.A. de C.V.
Construcción Central, S.A. de C.V.
Operadora de Hospitales Ángeles, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles del Pedregal, S.A. de C.V.
Hospital Metropolitano, S.A. de C.V.
Asociación Gineco-Obstétrica, S.A. de C.V.
Hospitales Nacionales, S.A. de C.V.
Hemodinamia Mocel, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles Londres, S.A. de C.V.
Laboratorios Biomédicos, S.A. de C.V.
Farmacia Clínica Londres, S.A. de C.V.
Inmobiliaria Hospitalaria Mexicana, S.A. de C.V.
Servicio Médico Social, S.A. de C.V.
Unidades Comerciales Santa Fe, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles Cancún, S.A. de C.V.
Centro Médico del Potosí, S.A. de C.V.
Hospital del Bajío, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles de Puebla, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles de Querétaro, S.A. de C.V.
Inmobiliaria y Constructora de Hospitales del Sureste, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles Veracruz, S.A. de C.V.
Centro Médico Culiacán, S.A. de C.V.

Hospital Ángeles Ciudad Juárez, S.A. de C.V.
Hospital del Carmen, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles de Tampico, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles de Tijuana, S.A. de C.V.
Hospital Ángeles Acapulco, S.A. de C.V.
Grupo Adquiere, S.A. de C.V.
Ángeles en Línea, S.A. de C.V.
Inmuebles y Consultorios Ángeles, S.A. de C.V.
Ángeles Portugal, S.A. de C.V.

Entidades dominantes ou que estão em relação de grupo com a GASS

A GASS é diretamente controlada pela GEA, a qual detém 90% das ações ordinárias representativas do capital social da GASS.

Por seu turno, a GEA é controlada conjuntamente pela Corpvaza, a qual detém 50,000003% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA e pelo Senhor Olegario Vázquez Raña que detém 27,999997% das ações ordinárias representativas do capital social da GEA.

Por sua vez, a Corpvaza é diretamente controlada pelo Senhor Olegario Vázquez Raña, que detém 55,992108% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza e pelo Senhor Olegario Vázquez Aldir, que detém 22,003955% das ações ordinárias representativas do capital social da Corpvaza.

Sociedades sujeitas a relação de domínio ou de grupo pelas entidades que dominam ou estão em relação de grupo com a GASS

(i) As seguintes sociedades são controladas pela GEA:

Grupo Hermanos Vázquez, S.A. de C.V.
Humana Administradora, S.A. de C.V.
Grupo Empresarial Ángeles Energía, S.A. de C.V.
Grupo Financiero Multiva, S.A.B. de C.V.
GRUPO REAL TURISMO, S.A.B. de C.V.
Grupo Imagen Medios de Comunicación, S.A. de C.V.
Geafin, S.A. de C.V.
Inmuebles Cuemanco, S.A. de C.V.
Centro Educativo San José S.A. de C.V.;
Inmobiliaria Ángeles y San Jose, S.A. de C.V.
INGEA Mexico S.A. de C.V.
Corporación de Restaurantes Ángeles, S.A. de C.V.

(ii) As seguintes sociedades são controladas pelo senhor Olegario Vázquez Raña:

Enovatec, S.A. de C.V.
Hospiserv, S.A. de C.V.

Administradora de Personal Ohosba, S.A. de C.V.
Administradora de Personal Sinaloa, S.A. de C.V.
Conssalud de Querétaro, S.A. de C.V.
Grupo Empresarial Ángeles Servicios, S.A. de C.V.
Kce, S.A. de C.V.
Morelia Administradora de Personal, S.A. de C.V.
Operadora de Servicios Santa Elena, S.A. de C.V.
Prestadora de Servicios Durango, S.A. de C.V.
Prestadora de Servicios Honense, S.A. de C.V.
Prestadora de Servicios San Luis, S.A. de C.V.
Prestadora de Servicios Tamesi, S.A. de C.V.
Q p Services, S.A. de C.V.
Servicios Administrativos Bio Med, S.A. de C.V.
Servicios Paramédicos Ángeles, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Acuario, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Ángeles, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Campos Elíseos, S.A. de C.V.;
Servicios Profesionales Del Carmen, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Escorpión, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Grijalva, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Mexago, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Pastoresa, S.A. de C.V.
Servicios Profesionales Talavera, S.A. de C.V.
Servicios Vamar, S.A. de C.V.
Servicios Administrativos Cf, S.A. de C.V.

Adicionalmente às entidades acima referidas, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Oferente e das sociedades cima referidas encontram-se também na circunstância prevista nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Pessoas ou entidades nas situações do número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários com a Sociedade Visada

As pessoas ou entidades que, segundo o conhecimento da Oferente, se encontram com a Sociedade Visada em algumas das situações previstas no número 1 do artigo 20.º são as seguintes ⁽²⁾:

Casas da Cidade - Residências Sénior, S.A.
Clínica Parque dos Poetas, S.A.
CLIRIA - Hospital Privado de Aveiro, S.A.
Espírito Santo Saúde - Serviços, ACE

⁽²⁾ Fonte: Relatório e contas da Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A. – exercício findo a 31 de dezembro de 2013 e informação financeira intercalar consolidada da Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A. referente ao primeiro semestre de 2014 (i.e. à data de 30 de junho de 2014), divulgados no sítio na internet da CMVM (www.cmvm.pt).

Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
Instituto de Radiologia Dr. Idílio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
Espírito Santo Saúde - Residência com Serviços Sénior, S.A.
Hospital da Arrábida - Gaia, S.A.
CRB - Clube Residencial da Boavista, S.A.
Hospital da Luz, S.A.
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, S.A.
HOSPOR - Hospitais Portugueses, S.A.
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A.
Hospital Residencial do Mar, S.A.
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, S.A.
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
Surgicare - Unidades de Saúde, S.A.

Adicionalmente às entidades acima referidas, os membros do órgão de administração e de fiscalização da Sociedade Visada e das sociedades acima referidas encontram-se também na circunstância prevista nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

3.3 Participações da Oferente no capital da Sociedade Visada

A Oferente detém atualmente 3.618.154 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, representativas de aproximadamente 3,79% dos respetivos direitos de voto.

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à Oferente são também imputados direitos de voto correspondentes às Ações detidas: (i) pelo Senhor Olegario Vázquez Raña, presidente do Conselho de Administração da Oferente, o qual detém atualmente 1.520.997 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, correspondente a aproximadamente 1,592% dos respetivos direitos de voto; e (ii) pelo Senhor Olegario Vázquez Aldir, vice-presidente do Conselho de Administração da Oferente, o qual detém atualmente 1.520.996 Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, correspondentes a aproximadamente 1,592% dos respetivos direitos de voto.

À Oferente são, consequentemente e nos termos do disposto no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, diretamente e através das Ações detidas pelo Senhor Olegario Vázquez Raña e pelo Senhor Olegario Vázquez Aldir, imputados direitos de voto correspondentes a 6.660.147 Ações no capital social da Sociedade Visada, representativos de aproximadamente 6,97% da totalidade dos direitos de voto na Sociedade Visada.

Estes direitos de voto são imputáveis à Oferente em resultado das seguintes transações feitas no mercado regulamentado *Euronext Lisbon* by *Euronext Lisbon*:

Data	Comprador	Número de Ações	Preço médio	Preço máximo
18 de julho de 2014	GASS	8.880	€ 3,618514	€ 3,62
18 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	5.920	€ 3,618514	€ 3,63
21 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	26.048	€ 3,680384	€ 3,7
23 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	2.394	€ 3,736850	€ 3,76
24 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	53.587	€ 3,776307	€ 3,795
25 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	415.913	€ 3,794819	€ 3,8
28 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	24.486	€ 3,668500	€ 3,72
30 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	47.090	€ 3,681378	€ 3,7
31 de julho de 2014	Olegario Vázquez Aldir	152.254	€ 3,739866	€ 3,78
1 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	33.464	€ 3,746800	€ 3,7468
4 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	400.000	€ 3,723129	€ 3,7494
5 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	182.780	€ 3,656240	€ 3,6616
6 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	182.320	€ 3,585000	€ 3,585
7 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	100.000	€ 3,429100	€ 3,4291
8 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	120.657	€ 3,399001	€ 3,442
11 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	26.252	€ 3,465200	€ 3,4652
12 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	67.955	€ 3,620300	€ 3,6203
13 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	-920.560 (Venda a Olegario Vázquez Raña)	€ 3,6	€ 3,6
13 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Raña	920.560 (Compra a Olegario Vázquez Aldir)	€ 3,6	€ 3,6
13 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	120.237	€ 3,765408	€ 3,8
13 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Raña	120.238	€ 3,765408	€ 3,8
14 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Aldir	480.199	€ 3,8951	€ 3,8951
14 de agosto de 2014	Olegario Vázquez Raña	480.199	€ 3,8951	€ 3,8951
18 de agosto de 2014	GASS	121.482	€ 3,893242	€ 3,9
20 de agosto de 2014	GASS	3.487.792	€ 4,24	€ 4,24

A Oferente não é e, tanto quanto é do conhecimento da Oferente, nenhuma das entidades que se encontra com a Oferente em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários é, parte de qualquer acordo ou entendimento para adquirir, direta ou indiretamente, quaisquer Ações.

A Oferente não realizou e, tanto quanto é do conhecimento da Oferente, nenhuma das entidades que se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários em relação à Oferente realizou, quaisquer transações envolvendo as Ações durante os últimos 6 meses, exceto aquelas mencionadas acima.

3.4 Direitos de voto e participações da Sociedade Visada na Oferente

Nem a Sociedade Visada nem qualquer das entidades que se encontra em alguma das

situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários em relação à Sociedade Visada, detém quaisquer direitos de voto ou ações no capital social da Oferente ou da Sociedade Adquirente.

3.5 Acordos parassociais

A Oferente não celebrou e, tanto quando é do conhecimento da Oferente, nenhuma das entidades que se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários em relação à Oferente celebraram quaisquer acordos parassociais com impacto relevante na Sociedade Visada.

A Oferente não celebrou e, tanto quando é do conhecimento da Oferente, nenhuma das entidades que se encontra em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários em relação à Oferente celebraram qualquer contrato, acordo em relação às Ações.

3.6 Acordos celebrados com os titulares dos órgãos sociais da Sociedade Visada

Não existem acordos entre a Oferente ou qualquer entidade ou pessoa que em relação à mesma se encontram em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e os membros dos órgãos sociais da ESS de execução imediata ou diferida, nem foram estipuladas quaisquer vantagens especiais a favor de qualquer membro dos órgãos sociais da Sociedade Visada.

3.7 Representante para as relações com o mercado

A Oferente não é uma sociedade aberta e consequentemente não tem um representante para as relações com o mercado em Portugal.

CAPÍTULO 4 – OUTRAS INFORMAÇÕES

- (i) O Anúncio Preliminar foi divulgado no sítio da internet da CMVM em www.cmvm.pt no dia 19 de agosto de 2014.

O relatório do Conselho de Administração da ESS foi tornado público no dia 9 de setembro de 2014 e encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da CMVM.

O Anúncio de Lançamento da Oferta foi tornado público nesta data e encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da CMVM.

- (ii) O Prospeito encontra-se disponível para consulta, sem custos, nos seguintes locais:

- Na sede do BBVA na Avenida da Liberdade 222, 1250-148, Lisboa;
- No sítio oficial na internet da CMVM (www.cmvm.pt);
- No sítio na internet da Oferente (www.gass.com.mx).

- (iii) Não foi adotada qualquer outra forma de publicidade.

- (iv) A Oferente é uma sociedade que, nos termos do disposto no número 6 do artigo 182.º do Código dos Valores Mobiliários, não se encontra sujeita às regras previstas nesse artigo. A Sociedade Adquirente é uma sociedade controlada pela Oferente para os efeitos do disposto no mesmo artigo do Código dos Valores Mobiliários.

Adicionalmente, os estatutos da Sociedade Visada não dispõem sobre nenhuma das regras previstas nos termos do disposto no número do artigo 182.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

- (v) Nos termos do disposto na alínea n) do número 1 do artigo 138.º do Código dos Valores Mobiliários, os contratos de compra e venda das Ações a ser transmitidas no âmbito da Oferta a celebrar entre a Sociedade Adquirente e os detentores das Ações que aceitam a Oferta serão regidos pela lei Portuguesa e quaisquer conflitos que surjam em relação a esses contratos serão dirimidos pelos Tribunais da Comarca de Lisboa.

A informação contida neste Prospeito relativa à ESS provém e é baseada em informação pública que não foi independentemente verificada pela Oferente, a Sociedade Adquirente ou pelo Intermediário Financeiro. A Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente não têm conhecimento de quaisquer factos ou circunstâncias que indiquem que qualquer declaração relativa à ESS contida neste Prospeito não é verdadeira ou é materialmente enganosa. No entanto, a Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente não fazem qualquer declaração de que a informação aqui contida relativa à ESS é correta e completa, e não assumem qualquer responsabilidade pelo eventual não cumprimento por parte da ESS da

obrigação de divulgar quaisquer eventos que possam eventualmente ter ocorrido, em virtude dos quais a informação aqui contida e em que a Oferente, a Sociedade Adquirente, o Intermediário Financeiro e os membros do Conselho de Administração da Oferente e da Sociedade Adquirente se basearam seja suscetível de ser enganosa.

Este Prospeito não representa uma recomendação da Oferente ou do Intermediário Financeiro ou um convite para a venda de Ações à Oferente ou ao Intermediário Financeiro. Este Prospeito não é uma análise à qualidade da Oferta ou uma recomendação de venda das Ações pelos acionistas.

Qualquer decisão de venda deve ser baseada na informação constante do Prospeito considerado como um todo e ser executada após uma avaliação da situação económica e financeira da Sociedade Visada e da Oferente e qualquer outra informação relativa à Sociedade Visada e à Oferente.

Nenhuma decisão de venda deverá ser tomada sem uma análise prévia por parte do acionista e os seus assessores do Prospeito como um todo mesmo que a informação relevante incluída no Prospeito seja feita por remissão para outros documentos.